



*A Acta foi aprovada com duas
abstenções*
Assembleia Municipal do Porto
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO *de 17 de Fevereiro*
de 2020

Ata da Sessão Ordinária de 6 de maio de 2019

(Continuação da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2019)

(art.º 60.º do Regimento)

Ao sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; António Manuel Pereira Rodrigues Cunha, em substituição da Senhora Deputada Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro De Magalhães; Hugo Filipe Carvalho Teixeira Monteiro, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Filipe Ferreira Da Cruz Matos, em substituição do Senhor Deputado Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição da



Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro Da Cunha; António David Dos Santos Ribeiro; Alfredo Dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Nuno Do Amaral Correia Ricardo Romão, em substituição da Senhora Deputada Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; José Manuel Pinto Varela, em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Eduardo António Durães Rêgo, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Campanhã, José Manuel da Fonseca Carvalho; Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Luís Alberto Bastos Torres, em substituição do Senhor Presidente Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Luís Assunção, em substituição do Senhor Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; Sofia Mexia Alves Moura Faria, em substituição do Senhor Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; Rosa Maria Tavares Duarte, em substituição da Senhora Presidente da União das Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia;

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida a 30-04-2019)

2. Deliberação sobre autorização para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da decisão de adjudicação e de celebração de



contrato para sistema de Gestão das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado. (NUD:94401/19/CMP)

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) fez a seguinte intervenção: “A razão que nos traz aqui a falar sobre este assunto é tentar perceber se a gestão do tráfego fica entregue à empresa que ganhou este concurso ou se este mesmo serviço é executado como até aqui era pelos serviços municipais. Era esta questão a que eu gostava que me respondessem”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Senhor Deputado, não se trata de um contrato de controlo de tráfego. É apenas o controlo de acessos a zonas condicionadas. Ou seja: é hoje conveniente nas cidades, por variadíssimas razões, umas de mobilidade e outras de segurança, encontrar forma de vedar os acessos e de controlar os acessos a determinadas zonas da cidade. É apenas isso que vai ser concessionado se assim for determinado pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados. Este assunto na altura foi explicado. Aqui o que estamos a deliberar é a autorização de Vossas Excelências para a resolução de compromissos anuais que decorre da existência de um júri independente, que fez, se quiserem, uma pré seleção. Apenas isso. Isto não tem a ver com controlo de trânsito, tem a ver com uma solução absolutamente diferente. Não queria deixar de lhe dar esta explicação”.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) disse: “Independentemente dos méritos que tem esta proposta – uma cidade que se queira moderna tem que ter um bom sistema de gestão de acesso, o que melhora a mobilidade, dá mais segurança aos cidadãos – o Partido Socialista vai votar contra. E vai votar contra porque não concordamos que a operação seja feita por uma empresa estranha a Câmara. Entendemos que deveria ser feita por funcionários da Câmara ou até pela própria Polícia Municipal – caía que nem uma luva na Polícia Municipal. A proposta não é isso que nos diz, e é exatamente por essa razão que nós iremos votar contra”.



O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu: “Eu acho que os Partidos devem e, longe de mim querer interferir na atuação de cada um, votar na Assembleia Municipal em consonância com o que votaram na Câmara. O que queria dizer é que isto é uma competência da Câmara e não é da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal só tem competência para aprovar o pagamento faseado, isto é, para pagar de 2019 a 2022, e é isso que vem à Assembleia Municipal, a autorização para pagar isto em quatro anos. Agora a competência para abrir um concurso que foi aberto em outubro pela Câmara, que não veio aqui e para adjudicar, que foi adjudicado pela Câmara e que não veio aqui, é da Câmara. Nós aqui apenas aprovámos a autorização para um pagamento plurianual. É como nós na Câmara estivemos de acordo, e é verdade, é só para zonas de acesso condicionado, como por exemplo, na Ribeira, eu estranho que tenha havido apenas duas empresas a candidatar-se, mas... isto é um concurso público internacional, certamente que se candidatou quem quis, e a empresa que ganhou até é uma empresa muito conhecida, é a Meo e a Soltráfego, que, aliás, já explora aí uma série de coisas aqui no Porto. E, portanto, o nosso voto é, naturalmente, em consonância com o que fizemos na Câmara: vamos votar favoravelmente”.

Entraram na Sala os Senhores Deputados Tiago Lacerda (RM), Cláudia Costa Santos (PS), Tiago Barbosa Ribeiro (PS) e Rosa Duarte, em substituição da Senhora Presidente da União das Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 29 votos a favor (21 RM + 5 PSD + 2 CDU + 1 PAN) e 15 votos contra (12 PS + 3 BE).

3. Deliberação sobre autorização para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da celebração, com a Fundação de Serralves, do Protocolo de Depósito e Promoção Cultural de Obras de Arte Classificadas, das 85 obras da “Coleção Miró”. (NUD:16937/19/CMP)



O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) interveio dizendo: “Este é um daqueles casos em que temos redobrado gosto e prazer em vir aqui intervir na medida em que se trata de vir elogiar um desfecho, em que quer a Câmara Municipal do Porto, quer o Governo, no nosso entendimento, andaram bem na defesa daquela que sempre foi uma ambição da cidade desde que se soube do imbróglio da famosa coleção Miró então "desmanchada", digamos assim, do BPN e, portanto, o desfecho que foi encontrado é um desfecho que o Partido Socialista entende que qualifica todos os intervenientes. Temos uma coleção importante de um dos mais importantes pintores espanhóis, que gerará certamente turismo cultural, que procurará certamente densificar o trabalho de Serralves, e permitirá ter um trabalho de itinerância que, aliás, já começou. Creio que a coleção já passou por Itália, mas isso também se justifica obviamente dentro do nosso país no sentido de promover esta coleção com o apoio financeiro da Câmara Municipal do Porto e com uma concessão, digamos assim, uma cedência, por parte do Governo da República durante um quarto de século à cidade do Porto para que possa expor e dirigir, de certa forma, a forma de divulgação cultural desta coleção. Creio também ser importante referir que só podemos estar aqui hoje a votar e a discutir este desfecho porque houve quem evitasse que esta coleção saísse do país. Como sabemos, o anterior Governo queria vender esta coleção, aliás, houve até um grande imbróglio jurídico relativamente à classificação da coleção e à forma como ela saiu do país. Houve uma providência cautelar por parte do grupo parlamentar do Partido Socialista, na altura. Houve uma segunda providência cautelar do Ministério Público. E houve, depois, para evitar, obviamente, a venda a uma leiloeira de Londres desta coleção, uma decisão política não só de manter a coleção em Portugal como de a entregar à cidade do Porto. E, portanto, também aqui se demonstra que os governos não são todos iguais e que a forma de dialogar com a Câmara Municipal do Porto só é possível também porque houve esta decisão política e houve esta inflexão de uma decisão que já estava pré-tomada pelo anterior Governo. E, portanto, entendemos que todos os agentes andaram bem: ganha a cidade do Porto quando assim é”.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, referiu: “Eu guardei-me para intervir porque era devido ao Partido Socialista fazer a apresentação e explicação desta proposta. Porque, de facto, nós não esqueceremos que isto só foi possível porque o grupo parlamentar do Partido Socialista, em tempo útil, tomou todas as *démarches* necessárias para que esta coleção não fosse vendida ao estrangeiro. Nós, na altura, intercedemos junto do anterior Governo sem sucesso. Tínhamos inclusivamente, como se recordarão, um investidor que estava na disposição de adquirir a coleção e de a colocar a seu custo na cidade do Porto. Na altura, não tivemos sucesso. Felizmente, conseguiu-se impedir essa situação e isso deveu-se ao grupo parlamentar do Partido Socialista. E ficamos muito agradados, naturalmente, quando o atual Governo, reconhecendo o empenho da cidade do Porto, se comprometeu a entregar esta coleção à cidade do Porto, o que foi feito. Parece-nos também que o acordo feito com Serralves valoriza a coleção e valoriza a Fundação de Serralves. Vai permitir também – e isso não é menos relevante – uma obra do Arquiteto Siza Vieira, e nós não temos assim tantas. Consideramos que o acordo que encontramos e que foi mediado pessoalmente pelo Senhor Primeiro-Ministro – quero chamar aqui a atenção – tem vários méritos, e um dos méritos é, mais do que fazermos uma casa para esta coleção, termos aí a coleção dentro de uma Fundação que a saberá internacionalizar e que a utilizará também como instrumento de troca para outras exposições que cá virão. Portanto, considero que esta solução que foi encontrada é uma solução muito interessante, sob todos os pontos de vista, e que se vai valorizar a externalidade da decisão tomada. Quando se tomam decisões na cultura, é sempre muito bom haver quem perceba as externalidades. Eu creio que as externalidades que estão criadas vão demonstrar que daqui a 25 anos esta coleção valerá muito mais, Serralves valerá muito mais, e a cidade do Porto só terá a ganhar com isso. Portanto, estamos muito agradecidos pela forma como o Governo tratou do assunto. Devo dizer que isto demorou mais algum tempo. Já agora gostaria de explicar porquê: porque em determinada altura, para não pensarem que a Câmara andou devagar – não andou –, em determinada altura, eram tantas as boas vontades que a Direção-Geral do Património Cultural, entendeu que não precisava de classificar a coleção porque ela ia ficar em Portugal. Decorria disso que nós não podíamos fazer um ajuste



direto com Serralves. Porque não estando a coleção classificada, nós teríamos que abrir um concurso público para determinar quem é que iria expor e, portanto, foi isso que demorou. Tivemos, em determinada altura, que sustentar aquilo que iríamos trazer a Executivo e à Assembleia Municipal e explicar à Direção-Geral do Património Cultural que tinham mesmo que iniciar o processo de classificação, porque, sendo um bem classificado, permite-nos fazer este ajuste direto a Serralves que propomos a Vossa Excelências”.

O Senhor Deputado Hugo Monteiro (BE) referiu: “O Bloco de Esquerda apoia e apoiará o compromisso estatal e municipal para com a cultura e para com o património. No caso da coleção Miró, este compromisso ganhou relevo pela dimensão e representatividade do artista na nossa contemporaneidade e apoiamos a centralidade do Estado, quando ao dever de preservação e divulgação de obras desta natureza, a importância de se dar a hospitalidade e projeção a um acervo como este. Porém, e precisamente por se tratar de um autor universal, de uma obra universal, lamentamos que essa mesma universalidade não esteja garantida nesta proposta, quanto ao direito a uma fruição universal. Quanto a este ponto, a entrega da coleção à Fundação Serralves levanta-nos sérias reservas nos termos em que está. Não ignoramos o peso e visibilidade da Fundação de Serralves no panorama museológico nacional, particularmente quanto à arte contemporânea, mas tem sido notório o modo como esta instituição tem vedado o seu acesso a quem tem menos recursos. Se este acervo residirá no Porto não deveria ser de livre fruição para todos e todas? Não deveria garantir-se um acesso mais democrático aos frutos de um esforço, que, sendo da Câmara, é um esforço público? Confirmando-se que não há alternativa a Serralves, consideramos que deveria ser feito um esforço para garantir o acesso público e facilitado a estas obras. E, já agora, estudar condições para que outras instituições, ou outros equipamentos, possam garantir publicamente a fruição universal de uma obra universal. O mínimo que se exige, quando se cede um bem público, e a coleção Miró já foi paga pelos contribuintes portugueses, é que haja uma política pública que não deixe que caíamos mais uma vez na lógica do benefício fácil a fundações privadas”.



O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) fez a seguinte intervenção: “Eu gostaria de me congratular com esta proposta e com esta medida, com esta posição da Câmara Municipal do Porto no sentido de tornar possível a fruição pelos portuenses e até pela Fundação de Serralves, que acho que é de facto, a Instituição ideal, como disse o Senhor Presidente, para o acolhimento destas obras. Quero, no entanto, formular uma reserva relativamente à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista. Porque de momento eu não vislumbro, nesta medida, um favor à cidade do Porto. E não vislumbro porque isto envolve um esforço financeiro da Câmara Municipal do Porto. Envolve um pagamento anual de 100 mil euros, e envolve um investimento que ascenderá a um milhão de euros para obras de adaptação para a apresentação destas obras de arte e, por isso, afigura-se-me até que, de alguma maneira, a Câmara do Porto está a pagar este benefício. E é um benefício que o Estado tem, de facto, feito e concedido, em muitos outros casos. Ainda agora, por exemplo, com a coleção de obras de arte do Novo Banco, mas também com o vastíssimo património artístico de que é possuidor e não consta que nenhuma Câmara pague pela apresentação dessas obras, designadamente a Câmara de Lisboa, onde a maioria do património artístico do Estado se encontra. E, por isso, nós entendemos, que nesta matéria não há favor nenhum do Partido Socialista, do Governo, e mais: até entendemos que o Governo não pode sequer referir grandes exemplos de cooperação e colaboração com a Câmara Municipal do Porto. São muitos os exemplos que podemos aqui elencar de situações em que a Câmara é obrigada a substituir-se ao Estado em muitas funções que, de facto, lhe caberiam. Estou a pensar, por exemplo, no Liceu Alexandre Herculano; podia dar o exemplo do Infarmed, podia dar o exemplo daquela rábula que tem sido a construção da Ala Pediátrica do Hospital de São João. São muitos exemplos que demonstram que em matéria de cooperação com a cidade do Porto, este Governo deixa muito a desejar”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, declarou: “Uma breve nota relativamente à intervenção do Senhor Deputado do PSD. Eu verifico,



de facto, que o cenário político do fim-de-semana alterou alguma coisa. É a primeira vez que o grupo PSD nesta Câmara vem atacar o Governo e o PS, é uma novidade, mas os tempos mudam, enfim, coisas de clima, são as alterações climáticas. Mas queria ainda assim dizer que, do ponto de vista da Câmara Municipal do Porto, nós não fazemos essa "conta de sumir". Ou seja: nós entendemos que para a cidade do Porto, em toda as suas externalidades, a Cultura é um investimento. A ideia de que a cultura era um custo, tem sido desmontada sucessivamente por um conjunto de situações que ocorrem na cidade do Porto. Lembro-me de se falar que não valia a pena ter o Rivoli porque eram sempre quinze pessoas e eram sempre as mesmas. Os Dias Da Dança têm demonstrado, com taxas de ocupação de 90%, que não é assim e, portanto, a Câmara Municipal do Porto, sempre que entender que há alguma coisa a que temos direito e não nos está a ser dado, no bom princípio dos portuenses, reclamará. Quando entendemos que, de alguma maneira, aquilo que são as nossas pretensões são acolhidas, seja pelo Governo seja por quem for, nós somos agradecidos e neste caso, repito, acho que para a Câmara Municipal do Porto ficarmos com a coleção Miró é bom porque infelizmente Portugal é um país onde não há grandes coleções de arte. E não há por variadíssimas razões. Não há por razões históricas e ancestrais. Porque ao contrário dos flamengos nós fizemos as obras nas igrejas e bem, não tenho nada contra a talha, mas, em vez de colecionarmos arte, colecionamos talha. Ou seja: nós temos, de facto, uma extraordinária explosão do barroco que utilizamos com o ouro do Brasil, mas não fizemos uma escola, não criamos com isso coleções. Em Portugal não há. Esta coleção, não sendo naturalmente de um pintor português, é uma coleção marcante. E, portanto, o facto de ela ficar em Portugal representa uma opção estratégica e definitiva, e a nosso ver bem tomada. Ela ficar no Porto, naturalmente, enquadra-se precisamente naquilo que é a política municipal. E agora respondo ao Senhor Deputado do Bloco: nós não temos essa visão de que onde estão os privados se deve fugir. A Fundação de Serralves é tal como é a Casa da Música, mas a Fundação de Serralves é em particular, um grande exemplo de cooperação entre aquilo que é o setor privado e o setor público. O setor privado, bem sei que para algumas pessoas, pode ser visto como proscrito e era melhor não existir, mas já que existe, já que existe, pelo menos que faça



algum investimento naquilo que é importante para o desenvolvimento humano. E a meu ver a vantagem de Serralves é assim: mais vale ter gasto dinheiro em Serralves, como fizeram muitos dos mecenas, do que ter feito aquilo que se fizeram com outras coisas. Mais vale ter investido em Serralves do que comprarem Ferraris ou que meterem-se em novos bancos, ou em antigos bancos ou em bancos maus. Serralves é, quer os Senhores queiram quer não, um excelente exemplo da forma como noutras cidades europeias os privados se souberam substituir, muitas vezes, àquilo que era a dificuldade do Estado. Serralves tem esse enorme mérito. É evidente que Serralves não existe sem o Estado. É evidente que não. E é evidente que o Estado paga uma fatia importante daquilo que são os custos de Serralves. Serralves é, se calhar, a mais excelente das parcerias público-privadas que nós podemos imaginar. Sabe porquê? Porque algumas daquelas pessoas, se calhar, pelas razões que quiserem, por vaidade, por vontade de devolução, por emoção, por sensação, por comoção, é-me indiferente. Sabe uma coisa, eu quando lá chego penso assim: se aqueles privados na altura não tivessem comprado aquilo, sabe o que aquilo era hoje? Era assim uma coisa parecida com a Quarteira que era o que lá ia acontecer. E, portanto, é preciso reconhecer o mérito e reconhecer o mérito a uma instituição que tem tido, para todos os efeitos, em termos de internacionalização da arte em Portugal, com as atividades que faz na Cultura e que faz na Educação. Tem muito a ver com o Porto, tem muito a ver com Porto onde há pouco Estado. Porque claro, se houvesse muito Estado no Porto, se calhar nós não precisávamos. Mas é que sabe, quando os mecenas não apoiarem Serralves suspeito que o Estado Central não vai dar mais dinheiro. Se Serralves amanhã fosse nacionalizado, como provavelmente o Senhor Deputado acharia bem, sabe o que é que iria acontecer? Não iria engordar, iria emagrecer e depois, o tal povo, o povo que tem o direito universal a ir lá, sabe o que é que ia acontecer? Ou o museu estava fechado ou provavelmente, como acontece em tantos museus nacionais, iria ter que pagar todos os dias a toda a hora bilhetes mais caros e depois, tudo seria pior. Portanto, eu peço desculpa, esta visão de Serralves é uma visão que eu tenho ouvido e que me custa muito. Podemos discutir os modelos, podemos discutir as direções, podemos discutir a separação de poderes. É terrível que na cidade do Porto se discuta o conceito fundamental



de Serralves. Podemos sempre discutir as decisões, como as minhas podem ser discutidas, e podem achar que, se calhar, a Câmara Municipal do Porto podia ter arranjado aí um sítio qualquer, uma Casa Museu, e pôr lá os Mirós. Há uma coisa que eu tenho a certeza. Mais barato não ficaria. E tenho a certeza de outra coisa, quando nós quiséssemos internacionalizar a coleção e misturá-la com artistas plásticos e fazer a curadoria dessa coleção, não o conseguiríamos fazer por este valor. Ao inserirmos esta coleção em Serralves, nós vamos permitir, de facto, a internacionalização cruzada, e mais do que isso, vamos valorizar os artistas plásticos portugueses, porque Serralves tem essa possibilidade. Tem a possibilidade com a coleção residente que tem, com os contactos que tem de fazer com que esta coleção viva. Os museus, casas fechadas em que estão sempre os mesmos quadros na parede, são ótimos para nós ouvirmos do passado. Já não são do presente. E esta coleção precisa de ser trabalhada. Com certeza, se ele estivesse numa Casa Museu da cidade nós podíamos oferecer bilhetes. As pessoas iriam lá, todas as pessoas iriam lá uma vez, se calhar, iam lá duas vezes. E depois? Depois ficaria parado, e depois, se calhar, um dia chegava cá alguém e dizia assim, vamos devolver isto ao Governo, mais vale vender que já ninguém lá vai. As coleções têm que ser usadas, têm que ser trabalhadas, têm que ser vividas. É preciso um projeto curatorial e se nós o sabemos fazer noutras áreas programáticas, nós não nos queremos substituir no aspeto curatorial, nem no teatro, nem no cinema, nem na arte plástica”.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) disse: “Senhor Deputado Francisco Carrapatoso, com toda a estima que tenho por si: eu fiz uma intervenção absolutamente serena, creio que seria consensual, não tencionava voltar cá, porque eu não falei de nenhum favor à cidade do Porto, pelo contrário. E creio que os portuenses e os representantes políticos do Porto, esta Assembleia Municipal, os Vereadores, o Presidente da Câmara e todos os agentes políticos, não têm que andar de mão estendida para nada. Devem perceber, creio eu, que existem diferenças relativamente à forma como os governos atuam na relação com a cidade e, certamente, este Governo teve momentos em que atuou mal e, certamente, que ouviu vários Deputados, por exemplo, do Partido Socialista, entre os quais eu, a criticar o Governo quando



assim fez. Deu aí um caso, o Infarmed. Aliás, o Ministro, um ex-Ministro, neste momento, que já nem faz parte do atual Governo. E houve os Deputados do PS que não se esquecem que antes de serem Deputados do PS são do Porto, a valorizar sempre que entendem que é de valorizar as intervenções do Governo, quando elas são úteis e são produtivas e desenvolvem diferentes interesses na cidade do Porto. Neste caso concreto, houve uma opção política que se distingue claramente da opção política anterior. E eu cito o anterior Secretário de Estado Barreto Xavier, Secretário de Estado da Cultura – não havia Ministério na altura, como sabe, não havia um Ministro - que dizia em fevereiro de 2014, ‘não é opção do Governo que essas 85 obras fiquem no Estado, dizendo que lhe compete, à Secretaria de Estado, garantir e controlar a legalidade do que se passa e não ser responsável por quaisquer questões operacionais e logísticas’, fim de citação. Uma notícia do Jornal de Notícias dessa altura. E, portanto, eu creio que entre isto e o que estamos hoje aqui a votar vai uma diferença de fundo. E se hoje em dia o PSD, como creio, votará favoravelmente este ponto, só o pode fazer porque houve um governo que decidiu não vender os quadros de Miró e colocá-los à disposição da cidade do Porto para os gerir e desenvolver, promover, neste caso em articulação com Serralves, que foi opção que a Câmara do Porto entendeu fazer. Só o podemos fazer porque houve um Governo que inverteu aquilo que o Governo decidiu”.

O Senhor Deputado Hugo Monteiro (BE) interveio referindo: “Senhor Presidente da Câmara, nós não questionamos a qualidade da Fundação de Serralves, nós não questionamos a qualidade do Museu de Serralves, nós concordamos que os Mirós fiquem cá. A única coisa que nós questionamos é o facto de uma obra paga já com dinheiros públicos pelos contribuintes ter de ser paga novamente, por seja quem for que visite Serralves, que creio, custa 16 euros por pessoa, normalmente. O que significa que uma família, duas pessoas, por exemplo, terão que pagar 32 euros para ver os Mirós, que já pagaram por motivo dos seus impostos. É isso que nós questionamos, sendo que a Fundação Serralves tem recuado consecutivamente naquilo que é a possibilidade de qualquer pessoa ter acesso à Fundação de Serralves. Porque, de resto, reitero,



apoiamos a permanência dos Mirós cá, e não questionamos Serralves. Nós gostaríamos era de garantir a gratuidade de acesso”.

O Senhor Deputado José Gagliardini Graça (RM) fez a seguinte intervenção: “Eu estive a ler atentamente este protocolo e acho lamentável que o Bloco de Esquerda, num ponto tão consensual, não reconheça e não leia, designadamente a cláusula nona, que prevê a possibilidade de isenções e facilidades de pagamento a estabelecer. Isso confere aos cidadãos não só do Porto, mas aos cidadãos de todo o país, a possibilidade de não sofrerem as limitações que aqui são apresentadas. E, portanto, esse argumento que aqui apresentou não é verdadeiro. E, portanto, naturalmente, não concordando com ele e merecendo esta proposta o consenso que todos aqui ouvimos, não queria deixar de sublinhar esta inexatidão, para dizer o menos, na sua intervenção”.

Entraram na Sala os Senhores Deputados Alberto Araújo Lima (PSD) e José Manuel Varela (CDU).

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 1 PAN) e 3 abstenções (BE).

4. Deliberação sobre Abertura de procedimento de hasta pública para alienação do prédio urbano sito na Rua Sá da Bandeira, 94-A a 108. (NUD:98169/19/CMP)

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) disse: “O Partido Socialista não encontra suficientes razões para a alienação deste imóvel, sendo que, gostaríamos de ver explorada uma outra solução, uma outra hipótese, que permitisse que a Câmara Municipal, o Município do Porto, se mantivesse como proprietário do espaço e que o mesmo fosse ou concessionado ou arrendado. No entanto, também reconhecemos que o principal objetivo que esteve na base da compra deste mesmo imóvel, que foi o da preservação, da salvaguarda do património, e também a garantia da função da sala de espetáculos, manter-se-á



inalterado através do caderno de encargos e de algumas das cláusulas que estão presentes no caderno de encargos para a venda. Por esta última razão mencionada, ir-nos-emos abster na votação presente, sendo que, a justificação para a abstenção reside precisamente no facto de termos gostado de ver a exploração de uma outra solução que não passasse pela perda de este imóvel do património do Município”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu:

“Regressemos a quase dois anos atrás quando declarámos este direito de opção. E vamos ver qual era então a circunstância. Nessa circunstância, o Município do Porto, porque tinha direito de opção, foi confrontado com a possibilidade de exercer o direito de opção relativamente a um edifício, que é um teatro. É a sala de teatro mais antiga do Porto, que não estava classificada e que estava a ser explorada por uma empresa que não tinha nenhuma proteção. Ou seja, não podendo nós antecipar aquilo que podia suceder, tínhamos ainda assim a visão do que poderia suceder. O que é que poderia suceder? Poderia suceder aquele edifício ser vendido, ser imediatamente polido, transformado e deixar de ser um teatro; de aquela que era a entidade que estava a explorar, poder não estar em condições de exercer o direito de opção, porque não sabíamos se eles o iriam exercer ou não, uma sociedade que há muitos anos tem esta atividade, como sabe. Eu acho que na altura todos compreendemos a razão e, por isso, o voto foi unânime. O que é que se conseguiu, entretanto? Entretanto, conseguiu-se aquilo que para nós era fundamental: por um lado, conseguiu-se avançar com o processo de classificação da sala de teatro, porque há outras partes do edifício que não fazem parte das nossas preocupações. A nossa preocupação era com a majestosa sala do Teatro Sá da Bandeira com tudo o que lhe pertence. Esse processo, como sabe, estando em curso é irremediavelmente garantido. A outra preocupação que nós tínhamos era relativamente à empresa que opera, e essa, no âmbito do Porto de Tradição, também fica garantida. Ou seja: o Porto de Tradição reconhece à empresa que explora aquele teatro de uma forma comercial, também a sua sustentabilidade. Parece-nos então, que neste momento, já não faz sentido a Câmara Municipal do Porto deter aquele imóvel por várias razões que agora passamos a expor.



Desde logo, porque nós não temos a obsessão de comprar tudo. Por outro lado, porque acreditamos que colocando nós agora o Teatro à venda nestas condições, condições associadas a duas garantias, quem lá ópera pode estar interessado em adquirir o Teatro. É evidente que se ninguém se interessar por ele na hasta pública e nós tivermos de ficar com o teatro, daqui também não vai mal ao mundo. O que me parece é que nós fizemos tudo aquilo que devíamos fazer: quem lá está, está garantido; e o que lá está, que é relevante, também está garantido. Parece-nos que numa política razoável de gestão de recursos – até porque temos muitas outras coisas para fazer, umas em curso, e outras a que vamos ser chamados mais cedo ou mais tarde, como, por exemplo, o restauro do Coliseu – não fará nenhum mal testar o mercado e ver se alguém está interessado, seja o atual inquilino, seja outra entidade qualquer, em ficar com aquilo sabendo que está condicionado. É isto que nós colocamos à vossa consideração. Ou seja: o objetivo fundamental pelo qual nós exercemos o direito de preferência na altura, não foi a questão patrimonial económica, foi a questão patrimonial cultural, e essa agora está salvaguardada”.

O Senhor Deputado José Varela (CDU) fez a seguinte intervenção: “Sobre este assunto que agora é colocado na ordem de trabalhos, e tendo em conta que na intervenção anterior o Senhor Presidente da Câmara também já deu algumas explicações, gostaria apenas de dizer que foi um pouco surpreendente este anúncio tendo em conta que o imóvel foi adquirido há relativamente muito pouco tempo pela Câmara Municipal. Foi um pouco surpresa agora aparecer já com esta proposta de venda. E eu percebi as explicações que o Senhor Presidente da Câmara deu agora mesmo. No entanto colocamos a questão se não seria preferível, neste momento, esperar um muito pouco mais até que o processo de classificação do imóvel ficasse concluído, uma vez que ainda não está em curso. O Senhor Presidente da Câmara já garantiu que não haverá nenhuma alteração do uso deste imóvel como equipamento teatral, mas também tenho algumas dúvidas se não seria preferível neste momento, em vez da venda, o seu arrendamento a uma empresa que desejasse explorar o equipamento para espetáculos teatrais mantendo a Câmara do Porto a sua propriedade, pelo



menos até à conclusão do processo de classificação. Mas, havendo uma garantia explícita por parte da Câmara do Porto de que não haverá nenhuma alteração ao seu uso atual como equipamento teatral, como equipamento cultural, nem à sua configuração arquitetónica, em princípio não nos oporemos a esta proposta”.

O Senhor Deputado Hugo Monteiro (BE) disse: “Eu iria reiterar algumas questões que já aqui foram adiantadas. Quando, em 2017, a Câmara exerceu o direito de preferência sobre o Teatro Sá da Bandeira, agiu, a nosso ver, atempadamente e de forma positiva. Agora, em 2019, tememos o risco de alguma precipitação nesta venda, nomeadamente, onde se conclui não haver necessidade de mais equipamentos culturais municipais. A Câmara arrisca-se, a nosso ver, a abdicar de modo intempestivo de um património e de um edifício simbolicamente relevante para a cidade como, aliás, se confirma na anterior iniciativa de 2017. O Bloco não entende a pressa na alienação deste património e considera que se beneficiaria se houvesse mais tempo para avaliar os possíveis riscos ou benefícios. Ao garantir a utilização exclusiva do edifício para teatro, a Câmara cumpre a lei, mas compromete-se com formas eficazes de fiscalizar esta utilização? Queremos acreditar que ao destinar o imóvel exclusivamente a Teatro, sob pena de reverter a sua venda, a Câmara salvaguarda efetivamente o espaço, mas até onde vai a responsabilidade da Câmara na garantia de que este ponto é cumprido? Há alguma garantia de que a manutenção da atividade teatral neste edifício não se torna meramente acessória, senão um mero pró-forma justificativo, dedicando-se o edifício a atividades sem relevo cultural? Até que ponto a vigilância da Câmara nos dá garantias do cumprimento desta cláusula? Estas e outras questões levam-nos a questionar o tempo em que esta alienação se processa. Gostaríamos de ouvir com mais atenção os agentes culturais da cidade para quem o Sá da Bandeira continua a ser referência significativa. Apesar de valorizarmos a salvaguarda da atividade teatral no Sá da Bandeira, nós conhecemos a história destas coisas, e sabemos o quanto muitas das vezes este tipo de salvaguarda, prevista na lei, torna-se depois letra morta”.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Queria responder a várias coisas. Em primeiro lugar, sobre o que é atividade cultural ou não. Para mim, o Teatro Dá da Bandeira, não sendo um Teatro Municipal, ao nunca ter sido o Teatro Municipal, cumpre ainda assim uma tarefa absolutamente fundamental. É, se quiser, a barriga de aluguer do Teatro comercial que faz parte do que deve ser a paleta cultural que a cidade oferece. Coisa para a qual a Câmara, naturalmente, não está, a meu ver, vocacionada. Nós admitimos, em determinada altura, que poderíamos utilizar e ir buscar ao Teatro Sá da Bandeira, um complemento em termos de equipamentos municipais. Entendemos que, nesta fase, ao fazê-lo, teríamos que ter para ali uma atividade programática que iria extinguir aquilo que lá se faz e, ao mesmo tempo, iríamos replicar aquilo que nós já fazemos. E, portanto, este pensamento presidiu também à decisão que foi tomada. Depois a preocupação que temos com a empresa que lá está, hoje classificada pelo Porto Tradição, por uma comissão independente que reconhece que aquele operador que lá está há muitos anos tem tido uma atividade continuada e pertinente e foi ele que garantiu a sustentabilidade do Teatro, obriga a não a interromper. Nós temos que nos portar tão bem como queremos que os senhorios se portem. Se nós atribuímos a classificação Porto Tradição à sociedade que lá atua, nós temos que ter um comportamento idêntico aquele que nós queremos que tenham os senhorios que têm outros estabelecimentos classificados. Portanto, reconhecerá que nós não poderíamos dar o exemplo de dizer assim: ‘agora vocês vão-se embora que nós queremos fazer aqui a nossa atividade cultural da Câmara’. Podemos então perguntar assim, mas ainda assim tem a Câmara Municipal do Porto necessidade imperiosa de ver ressarcido o investimento que fez (porque não vamos realizar mais valia, como sabem, o valor é mais ou menos o mesmo que vamos lançar em hasta pública)? Não. A Câmara não tem. Só que o que é que nos seria exigido amanhã enquanto senhorios? A Câmara teria que avançar com um processo de investimento nas infraestruturas do Teatro que estão manifestamente obsoletas. Ou seja: se nós decidíssemos agora ficar com o Teatro como equipamento municipal, manter lá a empresa que lá está, porque ela está classificada, e fazer a classificação do edifício, teríamos que ser nós,



Câmara Municipal, a desenvolver todos os projetos pertinentes para a modernização daquele equipamento. E isso parece-me um esforço que, neste momento, não se justifica sem que nós possamos testar o mercado e perceber se o mercado o quer e pode fazer ou não. Parece-me que lhe explico a nossa estratégia. Havia uma tentação, reconheço. Qual era a tentação? A tentação era pensar, bom, ótimo, nós vamos ficar com uma extensão, temos o Teatro Rivoli, temos o Campo Alegre. Vamos ficar ali com mais um Pólo nosso, vamos ter o Batalha, vamos ter ali mais um Pólo nosso. Só que isso iria contra uma política municipal de reconhecimento dos estabelecimentos de tradição e iria retirar também um conjunto de atividades para as quais a Câmara não está vocacionada. Nós não estamos vocacionados para acolher o Teatro, muitas vezes Teatro até de revista tradicional, que acolhe o Sá da Bandeira. E foi assim que nós chegámos a esta proposta, naturalmente discutível, e este assunto foi muito discutido. Agora, eu não me conformo, não me posso conformar, que se diga que a Câmara está preocupada com os estabelecimentos de tradição a não ser quando é senhoria, isso é que não pode ser”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) fez a seguinte intervenção: “Entendendo as questões que coloca, não parece que esta cláusula primeira do anexo quatro é demasiado vaga para uma questão da importância do que nós pretendemos deliberar? A cláusula o que diz é que o adquirente do imóvel sito à Rua Sá da Bandeira obriga-se a destinar exclusivamente o imóvel ao Teatro Sá da Bandeira. O que é afetar um imóvel ao Teatro Sá da Bandeira? Uma coisa seria dizermos a atividades culturais do género de espetáculos musicais, mas o Teatro Sá da Bandeira é uma designação. Penso que é demasiado vago”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Eu peço desculpa porque não respondi a uma coisa: o que é que acontece se amanhã alguém alterar o uso na hasta pública, em qualquer hasta pública? A hasta pública é reversível se forem alteradas as condições do uso ou as condições pertinentes. A hasta pública pode ser condicionada. Ela é condicionada na Conservatória. E, portanto, há o direito de reversão em qualquer hasta pública. Quanto a esta matéria, é o Teatro Sá da Bandeira que é o



estabelecimento de tradição. Eu não vejo como é que nós podemos escrever isto de outra maneira. Vamos lá ver: nós andamos durante muito tempo a definir o que são os estabelecimentos de tradição. Concordamos que não deviam ser apenas lojas, que podem ser lojas, IPSS, até um hotel. Chegámos aqui a um consenso e criámos um regulamento, foi muito trabalhado e foi muito consensualizado. E esta empresa, o que é que ela regista? Regista o Teatro Sá da Bandeira. É esse o estabelecimento tradição. E, portanto, parece-me que aqui não temos outra forma de configurar, não consigo imaginar, se calhar, poderíamos escrever isto de outra maneira. O que nós queremos ali é o Teatro Sá da Bandeira. É o Teatro, está Teatro. E, repito, se a Câmara Municipal quer o reconhecimento de estabelecimentos de tradição tem que ser exemplar, não pode deixar de o ser. E por isso é que estamos a condicionar. Não sei naturalmente se os Senhores do Teatro vão comprar. Eles na altura ficaram zangados por a Câmara ter exercido o direito de opção, porque nos disseram que eles queriam. Só que se eles tivessem exercido o direito de opção nessa altura, nada impedia que no dia seguinte, vendessem aquilo para fazer lá outra coisa qualquer. E por isso é que nós, na altura, sobrepusemos o nosso direito de preferência, ao direito de preferência daquele estabelecimento. Porque não estava classificado. Agora está. Está em curso agora. Não me parece razoável esperarmos pelo fim do processo de classificação, porque ele já se iniciou, e a partir daí está. A mesma coisa como os Mirós, também corremos riscos de os Mirós não serem classificados, mas sabemos que o início é o que conta, é o tiro de partida. Tentei explicar da forma mais aberta possível sem guardar aqui nenhuma reserva não é propriamente porque precisamos do dinheiro, como calcularão. Precisamos sempre. Há aqui um custo de oportunidade, não é? Como é evidente”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio dizendo: “Nós entendemos que a Câmara Municipal do Porto teve um papel essencial na preservação das funções do Teatro Sá da Bandeira e se analisarmos o assunto do ponto de vista da transação, parece-nos que o Executivo Municipal previu grande parte do que importa e que aquilo que aqui se propõe representa um



negócio positivo para a Câmara Municipal do Porto. Preocupa-nos que o modelo de gestão que irá ser aplicado após esta venda, pois consideramos que atualmente o Teatro Sá da Bandeira preconiza uma resposta cultural bastante diversificada e que é bastante importante para a cidade. E é este o risco que se corre: que se possa alterar esta diversidade cultural. Apenas uma nota adicional de referência: entendemos também que, nesta perspetiva, e reconhecendo aquilo que é o trabalho do atual Executivo em matérias de Cultura, importa dinamizar outros espaços da cidade, outros espaços municipais, que nos parecem estar um pouco subaproveitados, ao mesmo tempo que se garante que a cultura chega a todos”.

A Senhora Deputada Isabel Ponce Leão (RM) disse: “Queríamos reforçar o seguinte: quando a Câmara Municipal do Porto exerceu o seu direito de preferência na compra deste imóvel, não era de modo nenhum para usar em termos de futuro, uma vez que já tinha as suas políticas definidas e tinha à sua disposição o Teatro Campo Alegre, o Rivoli, agora também o Batalha e, para todos os efeitos, é também parceira do Coliseu. Portanto, houve logo um objetivo de preservação inicial que não tinha em vista a utilização. Isto que hoje se está a propor esteve na génese de todas as ações praticadas”.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 27 votos a favor (21 RM + 6 PSD) e 19 abstenções (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) informou que o Grupo Municipal CDU iria entregar uma declaração de voto relativamente a este ponto. (Anexo I)

5. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º. do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, deu a seguinte informação: "Ainda na semana passada aprovámos o Relatório e Contas. Compete-nos agora apresentar alguns números sobre a síntese financeira Março de 2019. No âmbito da evolução da atividade financeira do município destaca-se: a receita cobrada até março de 2019, no valor de 44,3 milhões de euros, que é superior em cerca de 3,9 milhões de euros à que foi cobrada em período homólogo de 2018, o que representa, portanto, um acréscimo de 9,6%. As receitas correntes aumentam em cerca de 3,4 milhões de euros relativamente a 2018, em resultado do aumento dos impostos diretos (+722 mil euros), das taxas, multas e outras penalidades (+2,6 milhões de euros), dos rendimentos de propriedade (+1,1 milhões de euros) e da venda de bens e serviços correntes (+281,8 mil euros) conjugada com a redução dos impostos indiretos (-287 mil euros), das transferências correntes (-380 mil euros) e das outras receitas correntes (-640 mil euros). Nos impostos diretos o acréscimo é justificado pelo aumento da cobrança do IMI, IUC e Derrama, em 138,4 mil euros, 5,8 mil euros e 803,4 mil euros, respetivamente, conjugados com a diminuição do IMT, em 176 mil euros. No que respeita a taxas, multas e outras penalidades, o crescimento, face ao período homólogo de 2018, resulta, fundamentalmente, da taxa municipal turística, cuja cobrança em 2018 apenas se iniciou no mês de abril. O aumento nos rendimentos de propriedade, comparativamente ao período homólogo de 2018, é justificado pela cobrança da receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada. Para o acréscimo da receita total contribuíram ainda as receitas provenientes de reposições não abatidas aos pagamentos (+1.1 milhões de euros) pela não execução da totalidade dos contratos-programa celebrados com a Porto Ambiente em 2018. A execução do orçamento da despesa é de 14%, sendo que a despesa total paga regista um acréscimo de cerca de 3,5 milhões de euros face a período homólogo de 2018. O acréscimo da despesa corrente é justificado pelo aumento das despesas com pessoal (643,9 mil euros), aquisições de bens e serviços (344,6 mil euros), transferências correntes (805,9 mil euros) e dos subsídios (187,2 mil euros) conjugado com a redução dos juros e outros encargos (69,4 mil euros) e das outras despesas correntes (246,4 mil euros). Em março de 2019 o Município do Porto tem que receber de terceiros cerca de 16,3 milhões de euros e a pagar 5,7



milhões de euros, resultando assim um saldo positivo de 10,6 milhões de euros, que compara com um valor a receber de terceiros igualmente superior ao valor a pagar, de 12,8 milhões de euros no período homólogo de 2018. O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 4 dias. A dívida bancária de médio e longo prazo, ascende a 12,4 milhões de euros, registando uma redução de 17,5 milhões de euros (-58,4%) face a idêntico período de 2018. É ainda de registar a inexistência de dívidas bancárias de médio e longo prazo nas empresas municipais; isto será alterado com a Sociedade de Reabilitação Urbana que, como sabem, tem empréstimos. Concluindo: os números do primeiro trimestre indiciam uma execução orçamental em linha com o orçamento, a tendência decrescente da dívida bancária e a manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores. Eu julgo que os mapas tenham sido distribuídos a V. Exas., mas estou disponível para qualquer esclarecimento que pretendam”.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) fez a seguinte intervenção: “O Partido Social Democrata tem acompanhado o polémico projeto de extensão do Paredão de Matosinhos. E neste tema não estamos em desacordo com as intervenções do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, mas pensamos que pode ser feito algo mais. Trata-se de um projeto com mais de dez anos. O primeiro estudo que lemos sobre o tema data de 2009, ano em que o Senhor Eng.º Matos Fernandes, atual Ministro do Ambiente, era Presidente da APDL. O projeto foi suspenso durante o Governo do PSD, mas logo que o Partido Socialista tomou posse, o projeto voltou a ter prioridade. Fazemos estas referências apenas para enquadrar uma atuação de protesto que os nossos companheiros do PSD de Matosinhos têm levado a cabo e que tem sido fortemente contestada pela APDL, tendo, inclusive, sido ordenada a remoção de um cartaz publicitário sobre este mesmo tema da questão do paredão. Foi necessária a intervenção da Comissão Nacional de Eleições para validar a manutenção desse cartaz. Muito já foi dito sobre o projeto de extensão do paredão. Sabemos que temos um Vereador num grupo de trabalho de acompanhamento e recordamos que há vinte anos decorreu um debate semelhante em relação aos molhes da Foz do Douro. Todos aqui terão idade



para se lembrar do que se passou no final dos anos 90. Lembramos que a solução atual dos molhes da Foz do Douro é completamente diferente do projeto inicial, que previa fechar o Estuário do Douro com molhes de elevada dimensão, como se de um segundo porto de mercadorias se tratasse. Com muito debate, estudos e propostas alternativas, foi possível criar uma solução de consenso, da qual hoje todos nos podemos orgulhar. O Partido Social Democrata volta ao tema porque nos preocupa a segurança dos cidadãos, bem como a defesa do património edificado. E passamos a explicar: sempre que se constrói um quebra-mar na costa ocidental portuguesa, ou o que chamam paredão, acontecem dois fenómenos. Acumula-se areia à volta da nova estrutura do paredão, e acentua-se a erosão costeira umas centenas de metros a sul desse paredão, centenas de metros, ou dezenas ou milhares, dependendo da dimensão dessa estrutura. Pensemos em Espinho, cidade de Espinho. Quando foi construído o paredão a praia do Casino aumentou. Uma praia muito usada pelas famílias, com um grande areal. O que é que aconteceu a seguir? As aldeias piscatórias a sul começaram a ter o mar a entrar pelas casas adentro a meio da noite, famílias que foram realojadas, comunidades inteiras que tiveram que ser realojadas e construídas novas edificações, situações verdadeiramente dramáticas. E perguntam por que é que estamos a referir este facto histórico? O estudo de impacto ambiental de abril de 2018 que foi encomendado, repito, encomendado pela APDL a um Gabinete, simula as consequências da extensão deste paredão de Matosinhos em mais 300 metros e mede os impactos dessa extensão até à Rotunda Gonçalves Zarco, o chamado Castelo do Queijo. Não é feita qualquer simulação ou medição dos impactos a sul desta Rotunda. Ou seja: não existe nenhuma informação sobre o que acontecerá às praias da Foz. Eu repito: não há informação sobre o que é que vai acontecer às praias da Foz da nossa cidade. No entanto, o processo de avaliação de impacto ambiental de julho de 2018, feito 3 meses depois, liderado, desta vez, pela Agência Portuguesa do Ambiente, neste estudo fica clara a existência de consequências desta extensão nas praias da Foz. Embora não tenham sido estimadas em quanto, e como, afetarão aquela zona da cidade do Porto. Na página 40 do referido processo, eu faço nota na página 40 do referido processo é dito, e passo a citar: 'é provável que as alterações à dinâmica sedimentar se façam sentir mais para Sul, pelo menos até



aos molhes da Foz do Douro'. A dinâmica sedimentar é a movimentação das areias. E ainda: 'quanto à ocorrência de eventos de extrema natureza hidrodinâmica', e eu agora traduzo tempestades, daquelas que temos quase todos os anos, 'a alteração da dinâmica sedimentar perspectivada poderá conduzir ao galgamento da Praia'. Ou seja, está escrito neste processo que é possível que as praias da Foz percam a areia, o mar encoste-se aos paredões e que suba à margem. Ou seja: existe um risco acrescido, embora o relatório também diga que é bastante reduzido, uma questão probabilística, de, por causa da extensão do paredão, o mar subir nas costas. Portanto, na Avenida do Brasil, na Senhora da Luz, mas não sabemos nem como, nem quanto, nem porquê. Acontece que periodicamente sofremos o impacto de tempestades atlânticas, que frequentemente provocam o galgamento da costa na zona dos molhes da Foz. A imagem das ondas a chegar ao Castelo da Foz, penso que está na cabeça de toda a gente, até um autocarro foi arrastado. Nas praias do Ourigo e na Praia dos Ingleses, o areal que é relativamente extenso, provoca um distanciamento até ao mar que evita que as ondas entrem pelo paredão adentro para as zonas da Rua de São Bartolomeu e da Senhora da Luz. Acontece que esses paredões têm furos, têm túneis. Ambas essas praias, com esses túneis, que são abertas para o mar, se acontecer uma tempestade de madrugada, se aquela zona tiver perdido a areia, o que é que acontece às pessoas que moram ali? Isto não está quantificado. Não há um estudo que diga a probabilidade de isso acontecer. Eu faço notar que está quantificado a dimensão da redução do tamanho das ondas em três zonas da praia de Matosinhos e está quantificado quanta areia vai perder para praia Internacional. Portanto, não deve ser assim tão difícil estimar isto. E isto estamos a falar de vidas humanas, estamos a falar dos nossos Municípios. Assim, o PSD Porto lança um apelo ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de encomendar ao Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto um estudo que simule a subida do nível do mar na praia dos Ingleses e do Ourigo, fruto da erosão costeira causada pela extensão do paredão, seguido de uma simulação de uma tempestade de nível muito elevado com ondas e fenómenos de galgamento. Esta simulação é feita habitualmente. A proteção de pessoas e bens é nossa responsabilidade. Nós que estamos aqui nesta sala somos os responsáveis pela integridade física dos



portuenses. E, independentemente da decisão final que venha a ser tomada em relação ao projeto, deverá ser a Câmara Municipal do Porto, e não a APDL, repito, e não a APDL, a encomendar e supervisionar este estudo. Os portuenses, e em especial os residentes nas zonas de maior risco na Foz, merecem este cuidado. Senhor Presidente lançamos este repto: encomende este estudo específico, antes que seja tarde demais”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu:

“Senhor Deputado diz bem. Nós manifestamos esta preocupação desde logo porque as Águas do Porto submeteram, como eu julgo que Vossa Exa. conhece, um parecer no âmbito daquilo que foi a discussão pública, que aborda muitos dos temas que Vossa Exa. aborda e esse estudo foi olímpicamente ignorado. E as Águas do Porto é a autoridade nesta matéria. Fez bem também em referir a questão dos molhes do Douro. Eu fui um daqueles que, na altura, foram insultados por falar de coisas que não sabiam. Fui um deles e tenho muita honra em ter sido. Porque iam fazer uma estrutura portuária tipo Figueira da Foz no Douro, diziam também que tinha que ser assim, senão ia ser uma desgraça. Conseguiram-se fazer molhes muito mitigados, principalmente o molhe sul é muito mitigado, e verificou-se que aquilo que se pretendia se conseguiu, e mais, tal como nós prevíamos, conseguiu-se o desassoreamento natural da barra do Douro. O que é que isto quer dizer? As Senhoras e os Senhores nunca mais viram as dragas que andavam lá dentro e que eram um grande negócio para os areeiros. Já não há. Porquê? Porque a solução acabou por ser encontrada. E, portanto, demonstra-se que vale a pena que os cidadãos se mobilizem, e que as Autarquias se mobilizem, uma vez que aquilo que é dado como absolutamente necessário e indispensável nem sempre é indispensável e poucas vezes é necessário. É evidente que tudo isto se compreende. Compreende-se porquê? O Aeroporto do Porto está neste momento, numa fase de ampliação, estão a ampliar a pista Fox que é o *taxi way*. Se o Aeroporto do Porto perguntar a um piloto qualquer: ‘olhe, nós vamos mexer na pista’, com certeza que o piloto vai dizer que quer a pista, de preferência até à Póvoa de Varzim, porque quer levantar e aterrar. É normal. O que é preciso sempre nestas matérias é mitigar



aquilo que são os desejos razoáveis de quem pretende ter o máximo de segurança com aquilo que são os impactos igualmente perigosos para a maioria da população. E foi por isso que, tendo falado com a Senhora Ministra do Mar, ela proporcionou a possibilidade de termos uma reunião em que estivemos presentes, estiveram presentes os Senhores Vereadores e tivemos oportunidade de ouvir uma extensa explicação sobre algumas das razões que levam à construção dessa obra. Estavam várias pessoas, estavam, naturalmente, os operadores portuários, e ouvimos uma extensíssima explicação em que nos tentaram justificar várias coisas. E, no âmbito disso, foi criada uma comissão em que a Câmara está representada através do Senhor Vice-Presidente e que tem vindo a acompanhar e a colocar um conjunto de questões supervenientes relativamente àquilo que o Senhor Deputado diz, e que é tudo verdade. Portanto, nada do que o Senhor Deputado disse diverge daquilo que é a nossa preocupação, a não ser uma coisa: o galgamento por mau tempo, principalmente no Ourigo, a nosso ver, não é, exatamente devido a isso, foi devido à colocação em posição errada de areias. Se quiser, as areias foram colocadas, como se fosse uma rampa de lançamento. A forma como a areia deve ser depositada ou manobrada na praia, não recomenda que se faça uma rampa de lançamento e foi por isso que elas se agravaram. Mas, à parte isso, tem toda a razão. A nossa convicção é esta: vai haver um fortíssimo agravamento em três coisas a qualidade da água, estávamos a trabalhar, aliás, com APA, com Matosinhos, para no encanamento da Ribeira da Riguinha, é assim que se chama. Ora, aquilo que nós íamos era tentar depositar aquelas águas que vocês vêm na praia a tentar despachá-las mais à frente. Se vão fechar aquela bacia calcularemos que vamos ter ali um problema ambiental que não está resolvido e é preciso ver como é que se vai resolver. Esse é o primeiro problema. O segundo problema tem a ver, naturalmente, com ondulação e o impacto que vai ter no surf. A praia de Matosinhos vai ser uma praia balnear vai deixar de ser uma praia de surf. Inevitavelmente, não me conseguem convencer do contrário e eu conheço aquilo particularmente bem porque fiz desportos náuticos toda a vida, portanto, sei exatamente onde é que acabam as ondas e basta pensar se nós andarmos 300 metros para norte não há ondas. Pior: estou convencido também que vai haver uma maior erosão nas praias da Foz, erosão essa que até hoje não foi calculada,



não foi avaliada. E aquilo que nos dizem, a APA diz, 'bom, nós vamos construir os molhes daqui a cinco anos faz-se uma avaliação'. Peço imensa desculpa. Peço imensa desculpa: há de haver modelos que permitam a APA fazer a avaliação. Mas isto depois, vamos lá a ver, o mistério adensa-se. Porque, como saberão, nós temos vindo a trabalhar com o Ministério do Ambiente exatamente com a APA numa coisa chamada POOC, Plano de Ordenamento da Orla Costeira, em que, no caso do Município do Porto, isto tem alguma implicação, porquê? Porque nos dizem que o Edifício Transparente vai ter que ser demolido, que a Casa da Praia vai ter que ser demolida, que aquilo a que nós chamávamos o Aquário, que se chama Estação Augusto Nobre vai ter que ser demolido, e imagine até a Pizza Hut na Avenida Brasil, vai ter que ser demolido. Ao mesmo tempo, dizem que nós não podemos licenciar nenhum tipo de construção na Via Raúl Peres. Não podemos, tem que perguntar à APA se pode. Se viver lá e quiser alterar uma casa de banho, vai ser um problema. Porque dizem que há-de vir o mar. É curioso. Mas quando nós perguntamos depois, 'mas, por acaso, nesse estudo em que dizem que há uma linha de costa que vai regredir, que também mete o Douro', consideraram a construção dos molhes, nessa equação'?, dizem 'não'. Portanto, vejam bem, há uma autoridade, uma entidade, que está por um lado, a convencer-nos que fizeram um estudo para os molhes, que na Foz não sabem o que é que vai acontecer que, daqui a cinco anos, não-de saber. Depois de estarem construídos os molhes, ao mesmo tempo diz, mas nós fizemos um outro estudo em que dizemos que estas coisas todas têm que ser deitadas abaixo. Eu acho que há, de facto, um problema grave. Problema grave que se conjuga depois com aquilo que decorre do meu conhecimento, porque foi a minha atividade durante muitos anos. Aliás, algumas vezes aqui fui chamado, antes de fazer parte destas coisas, para dar opiniões sobre questões portuárias, por uma razão: porque vejam bem, a necessidade do crescimento dos molhes do Douro, aquilo que é dito, é que foram feitos, foram considerados três cenários. Estender o molhe 200m, 250 ou 300. E depois ainda viraram a badana para fora, o que agrava, como calculam, a situação. Escolheram o método maior. Trezentos metros e a badana virada para fora, portanto, faz uma curva. Como é evidente: máximo impacto. A pergunta que foi feita, e que eu fiz, foi, 'mas porquê'? E então dizem-me, bom, e aqui eu compreendo, dizem, nós 'os navios



de contentores que entram no Porto de Leixões, neste momento estão limitados a 240 250 metros de comprimento e a nova geração de navios de contentores é de 300 metros'. E é importante, naturalmente, todos reconhecemos que é importante que a nova geração de navios possa entrar no Porto de Leixões. Mas eu depois perguntei assim 'mas se eu bem sei e percebo alguma coisa disto, por cada metro de navio a área de proteção deve ser três, isto é como na aviação', 'ora se se vai aumentar 50 metros o comprimento dos navios o molhe só precisa de ter 150 metros'. Ninguém nos explicou, porque é que haviam de ser 300, mas disseram-me 'é igual'. Eu não consigo perceber como é que pode ser igual, para já em custo, não posso compreender como é que pode ser igual e também compreendem que em termos de impacto não pode ser igual. E portanto, as explicações que me foram dadas, sinceramente, não colheram, eu não consegui perceber e depois preocupou-me ver o assentimento de algumas pessoas que lá estavam, que eu conheço bem, que abanavam com a cabeça, porque, de facto, não conseguem demonstrar coisa diferente. O que é que me parece? Que nós devemos continuar a acompanhar este aspeto, esta questão na Comissão, no sentido de exigirmos que seja feita uma avaliação sobre o que acontece no Porto, porque não foi feito. Portanto, essa matéria parece-me absolutamente certa. Se for caso disso e de pedirmos estudos, poderemos pedir estudos, parece-nos mais importante neste momento, participar na Comissão e se virmos que da Comissão não resulta nada, ou seja, que não há alteração àquilo... então sim, pedirmos um estudo e acho que não deve ser apenas um estudo à Universidade do Porto, devemos pedir também, já disse aliás, ao Senhor Vice-Presidente, à Universidade de Aveiro acerca da qualidade das águas, especificamente ao Prof. Borrego, que é a pessoa em Portugal de longe que mais sabe sobre essa matéria, ou seja, qual é o impacto na qualidade das águas. A questão de nos prometerem a reposição das areias é uma questão que não nos deve tranquilizar. A reposição sucessiva de areias não nos deve tranquilizar. E, portanto, sendo eu um grande defensor como calculam, até pela minha tradição das atividades marítimas e do Porto de Leixões, temos que ter a certeza que não vamos encontrar uma solução excessiva e que vamos encontrar uma solução inteligente que, apesar de tudo conjugue as vantagens e as desvantagens de termos, de facto, que garantir o crescimento do Porto de



Leixões. Sei que hoje em Matosinhos, a sensibilidade também é essa e nós temos vindo a acompanhar isto. Sem, no entanto, como compreende, apoiando e compreendendo que haja um movimento de cidadãos não me parece que deva ser esse o papel do Presidente da Câmara do Porto. Nós devemos ter aqui uma posição razoável e uma posição consciente e acompanhar isto até percebermos em que é que estamos. Espero tê-lo esclarecido".

O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) disse: "A síntese financeira que hoje nos é presente relativamente a março de 2019 merece-nos 2 comentários. O primeiro tem a ver com a execução orçamental em termos de investimento. Até 31 de março decorrido $\frac{1}{4}$ do ano a despesa de capital somava apenas 7,9 milhões de euros, ou seja, 6,4% da despesa de capital orçamentada para o exercício, que, recorda-se, foi de 122,9 milhões de euros. Mesmo que consideremos que toda essa despesa se refere a investimento, e sabemos que assim não é, e a relacionemos com a respetiva rubrica orçamental, aquisição de bens de capital, orçamentada em 111,5 milhões de euros, teríamos uma execução orçamental em termos de investimento de uns inexpressivos 7%. Ou seja: tudo parece encaminhar-se, apesar de estarmos ainda a $\frac{3}{4}$ do termo do ano, para mais uma vez, os portugueses verem goradas as expectativas criadas por este Executivo Municipal em termos de investimentos prometidos e, a exemplo do ano passado, em que o grau de realização se quedou nos 60% e não nos 74% que a engenharia financeira das contas apresentadas adiantaram, serem confrontados no final do ano com execução semelhante ou pior. Não percebemos pois como se pode concluir que execução orçamental está em linha com o orçamentado. O segundo ponto tem a ver com o conteúdo das sínteses orçamentais. Já em tempos chamamos a atenção para a necessidade de ela contemplar uma síntese da evolução dos principais investimentos em curso, tendo sido elencados, aquando dos trabalhos preparatórios do orçamento para 2019, os investimentos propostos. Refiro-me, designadamente, ao mapa que tinha como título 'listagem detalhada por empreendimentos' e no qual se orçamentavam, para o período de 2019 a 2023, a despesa anual com cada um deles, ocupando, apesar disso, apenas 2 páginas A4. Cremos que justificasse



plenamente nas sínteses financeiras – e se não em relação a cada um dos investimentos, pelo menos em relação aos principais – uma referência do seu grau de execução financeira no ano e acumulada, a eventuais desvios favoráveis ou desfavoráveis no seu custo e ao cumprimento ou deslizamento no programa de execução. Achamos que uma informação destas é compaginável com a letra e o espírito de uma síntese e, sobretudo, achamos que é um instrumento indispensável no acompanhamento em tempo e responsável da atividade municipal. E, por isso, insistimos nela”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio dizendo: “Relativamente a esta questão dos molhes do Porto de Leixões, e estando a Câmara a fazer o seu papel, cremos que a Assembleia Municipal também deveria fazer o seu. E, nesse sentido, lançarmos aqui o desafio de que possa ser convocada uma Assembleia Municipal Extraordinária para a qual seriam convidados técnicos e partes interessadas para discutirmos este assunto com seriedade e, nesse sentido, a CDU disponibiliza-se seja qual for o mecanismo regimental para essa convocatória para apoiar a convocatória de uma reunião com este teor. Relativamente às questões que aqui também nos trazem, Senhor Presidente, tivemos oportunidade de ler o relatório da Domus Social relativamente a 2018, e é uma pena que esse relatório não seja discutido pela Assembleia, porque diz respeito a muitos moradores da cidade. Por se tratar de uma Empresa Municipal, não compete à Assembleia fazer esse controlo, mas acho que nada obstaculizaria a que fosse possível nós também fazemos a análise desse importante documento. Mas aquilo que constatámos da leitura deste documento é que estamos aqui com um problema que é irresolúvel. E este problema tem que merecer a preocupação do Município do Porto porque nós temos que contribuir para a sua resolução. Em termos práticos, o que diz o relatório é que em 2018 foram atribuídas 220 habitações, menos 83 do que aquelas que foram atribuídas em 2017 e, no mesmo período, foram analisados 360 pedidos de habitação. E, portanto, nós estamos perante uma situação que está a crescer permanentemente. Costuma-se dizer ou dizia-se, ‘temos cerca de 1000 famílias em lista de espera’ e é evidente que a decisão tomada relativamente ao Bairro



do Aleixo faz com que a lista de espera aumente porque se deu prioridade aos moradores do Bairro do Aleixo. Estamos perante uma situação em que todos os anos que passam o défice habitacional vai aumentando. Isto exige da nossa parte (a CDU tem vindo a defender que a resolução deste problema e as verbas devem vir fundamentalmente da Administração Central, o direito é um direito constitucional e a quem compete é à Administração Central e que é inadmissível a inexistência de programas que permitam às Autarquias, objetivamente, contribuir para a diminuição deste défice), a criação de um movimento com toda a dinâmica e gostaríamos que da parte do Senhor Presidente da Câmara houvesse o mesmo empenhamento nesta matéria do ponto de vista da exigência perante o Governo e de mobilização da cidade em torno desta situação, como tem havido noutros dossiês. O que exige também que a Câmara seja exemplar na gestão do seu património. Porque não é possível nós exigimos a resolução do problema e, ao mesmo tempo haver tantas habitações pertencentes ao Município do Porto que estão devolutas, quando poderiam estar a servir para resolver os problemas dos habitantes. Uma segunda questão que gostaríamos de colocar tem a ver com a necessidade de requalificação dos espaços envolventes dos Bairros Municipais. Eu recordo-me, e creio que não é nenhuma inconfidência que aqui cometo, que o Senhor Presidente quando teve a amabilidade de me convidar no mandato anterior para a Comissão de Toponímia dizia que uma das preocupações que tinha era que nós nos Bairros Municipais passássemos a ter arruamentos e que as residências dos moradores dos Bairros deixasse de ser o Bloco tal, entrada tal, caso tal e passasse a ser rua tal, número tal, andar tal. Porque isso é também uma forma de contribuirmos para a inserção destes moradores. Mas a verdade é que aquilo que vemos é que o que está previsto do ponto de vista da requalificação dos espaços públicos envolventes dos Bairros Municipais e, em alguns bairros, são áreas extremamente significativas do ponto de vista da sua dimensão que exigem um plano de intervenção nesta área, e o desafio que fazemos ao Senhor Presidente é que, com o saldo de gerência, apurado em 2018 que, objetivamente, uma parte significativa da verba possa ser canalizada para este objetivo que nos parece que é bastante importante. Na última informação do Senhor Presidente chamei a atenção para o problema das obras no Porto e, repito, as obras causam sempre



danos às pessoas, causam sempre prejuízos às pessoas, o que nos compete é tentar minimizar esse impacto e dessa forma tentar que, objetivamente, as pessoas vejam as obras como algo que os vai beneficiar e não que os prejudique. O Senhor Presidente na altura disse, 'isto das obras, todos os Presidentes de Câmara o que querem é que as obras terminem, porque antes as pessoas exigem, durante as obras não querem as obras e querem é que elas terminem'. Mas eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente que me parece que há algumas medidas que têm que ser tomadas e que algum há algum, eu diria, desleixo, ou pelo menos falta de atenção relativamente a esta matéria. Eu vou mostrar apenas alguns exemplos. Esta fotografia foi tirada no sábado passado, 4 de maio, na Rua Barão de São Cosme, onde continua na placa de proibido estacionar no dia 4 de abril de 2019. Não foram lá retirar a placa que diz 4 de abril de 2019. Mas, mais grave, na Rua Nova do Rio, e isto não tem nenhuma, naturalmente, conotação partidária, está lá uma placa que diz 'obras até 31 de agosto de 2018' e, portanto, é proibido estacionar até 31 de agosto de 2018, continua lá a placa colocada. Placa essa em que está numa Rua em que é proibido mas toda a gente circula, em que os sinais de trânsito estão colocados desta maneira no chão, estão lá deitados no chão. E o que faz com que tenhamos estes cartazes, que são positivos do ponto de vista da transparência, mas que dizem qual é o prazo de execução, mas não dizem qual é a data de início. E, portanto, qualquer cidadão que lá passe, 120 dias, podem estar a decorrer ou podem já ter terminado. E, portanto, o apelo que fazemos aqui, é preciso estar com muita atenção a esta matéria, há várias queixas de moradores, de transeuntes, de condutores que objetivamente não há o cuidado que deve ser exigido nesta matéria. Sendo certo, repito, as obras causam prejuízos a todos, não há volta a dar, tem é que se sentir que da parte do poder público há uma preocupação na sua minimização. Uma outra questão, Senhor Presidente, nós aprovámos em dezembro, aprovamos ou em dezembro a Assembleia Municipal aprovou o relatório relativamente à situação da Arrábida das construções na Arrábida. E esse relatório fazia recomendações à Câmara e eu gostaria de saber qual o ponto de situação das mesmas. Uma é que a Câmara analise as medidas a adotar com o objetivo de favorecer a articulação da Direção Municipal dos Serviços Jurídicos com as restantes unidades orgânicas: saber se houve algum



passo nesse sentido. Outra, era que a Câmara Municipal com caráter de urgência, promova entendimento entre a APDL e o Município, a respeito da delimitação do domínio público hídrico nas margens do Douro e, na sua falta, solicite apreciação jurisdicional da questão. E, por último, que recomendasse à Câmara que promova a apreciação pelos serviços de auditoria competentes do procedimento de contratação dos serviços jurídicos prestados em 2009 e ou 2010 pelo Prof. Dr. Pedro Costa Gonçalves e bem assim que se pronuncie sobre os procedimentos a observar em geral na contratação de identidades terceiras. Foram 3 recomendações do relatório à Câmara, tem a ver com a análise da contratação feita ao Dr. Pedro Costa Gonçalves em 2009 e 2010, fosse feita uma auditoria à situação para conhecermos exatamente se há ou não mais pareceres que foram pedidos. E, daí, fazermos também este pedido. Uma outra questão que gostaria de colocar tem a ver com o seguinte, Senhor Presidente: nós soubemos e creio que é público que a entidade que tinha ganho o concurso para a gestão das ETARs do Freixo e de Sobreiras, que abandonou, digamos, ou que deixou de estar à frente que mas tinha entrado em funções e posteriormente deixou de estar nessas funções. Eu gostaria de saber qual é exatamente o ponto da situação da gestão das ETARs do Freixo e de Sobreiras, na sequência de um concurso público que houve relativamente a esta matéria. Para terminar, Senhor Presidente, gostaria de lhe dizer uma opinião: eu tenho visto que o Senhor Presidente tem estado bastante ativo nas redes sociais e gostaria de lhe dizer e aqui, com toda a franqueza e olhos nos olhos, eu acho que o cidadão Rui Moreira tem todo o direito nas redes sociais de intervir como acha que deve intervir. Creio que, como Presidente da Câmara Municipal do Porto, seria justificável mais algum recato, pelo menos, em termos de algumas afirmações. Ou seja tal como o Dr. João Soares, como Ministro, não teve ou teve o direito de dizer daria umas bengaladas, mas depois deixou de ser Ministro; tal como o Senhor Ministro que ainda há pouco referiu, decidiu contar uma anedota engraçada sobre alumínio e foi demitido; tal como o Senhor Ministro decidiu pôr uns dedos na testa virados para fora e foi demitido; aquilo que eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara é que me parece que o Senhor Presidente da Câmara deveria ter mais recato e que não me agrada, com toda a sinceridade, de ver o Senhor Presidente



da Câmara com determinado tipo de reações nas redes sociais que eu entendo que o cidadão as queira ter, mas que não ficam bem ao Presidente da Câmara”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Eu, se calhar, vou começar pelo fim. Nós vivemos um tempo em que os cidadãos, com menor ou maior razão, entendem que a coberto do anonimato, organizado ou não organizado, podem insultar as pessoas. Pela minha parte, estarei sempre disponível para dar o corpo às balas e para denunciar e tratar como devem ser tratados aqueles anónimos que me insultam ou que põe em dúvida, muitas vezes não é a mim, são as pessoas que trabalham neste Município. Acho que ao Senhor Deputado nunca tratei mal nem tratarei porque não tenho razão para o fazer e se houvesse alguma coisa entre nós resolveríamos entre nós. Nós se temos redes sociais, temos que ser capazes de dizer assim ‘uma coisa são as coisas que são assinadas’, perfeitamente razoáveis, são as diferenças de opiniões, as questões políticas, completamente, ‘a cobardia do anonimato tem que ser combatido’ porque é absolutamente, é um comportamento, sabe o que é? É o comportamento dos bufos. E como sei que me acompanha nessa preocupação, olhe se eu tiver que fazer sozinho, faço sozinho. Mais faltava que, a coberto do anonimato, trabalhadores da Câmara, decisões da Câmara, seja quem for seja, seja eu, seja quem for, seja o Senhor Deputado, seja quem for, seja insultado. Ponham os nomes, se não puserem os nomes, serão denunciados. Lamento, mas aqui, sabe uma coisa, é uma questão de estilo. É o meu. Sobre outros assuntos, a questão da Arrábida: a APDL foi de facto, houve uma reunião com a APDL, houve, aliás, mais do que uma reunião com a APDL. Foi entregue, inclusivamente, uma proposta, entregue também uma proposta à Senhora Ministra, de legislação, mas até agora, não houve nada. Aquilo que nós temos vindo a acompanhar a APDL, e propusemos à APDL todo o apoio foi no sentido da APDL comprovar sobre a propriedade dos terrenos. Eu julgo que a APDL, até agora, ainda não o conseguiu fazer e temos vindo a ajudar a APDL, na medida do possível. Portanto, tem havido, julgo que é a Senhora Vereadora que tem vindo a trabalhar com a Senhora Dra. Cláudia Soutinho nesta matéria e, portanto, temos vindo a trabalhar em conjunto e espero que alguma coisa se



possa fazer. Quanto às questões do Urbanismo, aquilo que nós temos, hoje em dia, aliás, temos em vários serviços da Câmara, temos um Jurista da Direção dos Serviços Jurídicos que está alocado a trabalhar com o Urbanismo. E nós acreditamos que isso resolve e ajuda muitas vezes a antecipar problemas que depois são mais complicados. Quanto ao Senhor Advogado em causa, no âmbito da discussão, Senhor Deputado, não vale a pena nós fazemos nenhuma auditoria, ele foi mal contratado, não há dúvida. Portanto, objetivamente houve uma postecipação da contratação pública. Não tenho mais nada a dizer. Não vale a pena fazer auditoria. Há uma evidência que houve uma postecipação da contratação pública. Mais sobre isso não lhe posso dizer nada. Quanto às obras no Porto, tem razão. Nós temos por vezes e eu tenho assinalado também por vezes algumas situações em que concordo consigo. Quer na sinalização das obras, que às vezes há algum desleixo e, portanto, essa é uma matéria que me tem preocupado também nos últimos dias. É mais a qualidade da informação e outras vezes a forma como a obra, como é percecionada. Ou seja, a sensação que nós às vezes temos é não percebemos para que é a obra, era importante quando lá estivesse informada 'esta obra é para isto, tem este objetivo'. Eu bem sei que se fala com os moradores e os comerciantes, isso é feito, é um trabalho que é feito sempre, mas o passante não é informado. Eu não sei, eu às vezes pergunto, 'para que é que há aquela obra ali?' Às vezes ligo à Cristina Pimentel, ligo à via pública a perguntar, 'porque é que está ali a ser feita uma obra? O que é aquilo? Para que é, quando é que vai acabar'. Normalmente dão-me a explicação perfeitamente pertinente, ninguém faz obras por fazer, não é, mas eu estou de acordo com isso e nós temos que melhorar essa informação. Quanto à habitação social: sim, nós temos um problema. Nós no ano passado executamos, como sabe, uma parte significativa do nosso orçamento na Domus Social. Portanto, cumprimos tudo aquilo que nos pretendíamos fazer. Temos em construção Salgueiros, as Eirinhas em programação, o Leal. Temos vindo a trabalhar também já nos espaços exteriores que só podemos fazer depois das reabilitações dos Bairros, como sabe, Falcão, estamos em projeto todas essas matérias. Temos sempre aqui que ter algum cuidado e eu explico porquê. É evidente que para quem está num Bairro que acaba de ser reabilitado ele quer lá uma reabilitação no espaço público e nós não a podemos fazer por



antecipação, como sabe, só podemos primeiro reabilitar os Blocos e depois fazer o espaço público, senão a obra estraga o espaço público. Qual é o problema? Começamos depois a ter pressões de outros Bairros a dizer assim 'lá estão eles já a tratar do espaço público em vez de tratar da nossa casinha'. Portanto, tem que haver aqui uma justa medida, mas, de facto, considerando que nós estabilizamos o número de habitação social que a Câmara propriamente dita deve ter, a não ser com estes acrescentos, ou tem prevista, é na reabilitação, na proximidade dos Bairros e nos Bairros que nós temos que fazer mais trabalho. Como lhe disse e partilhamos essa preocupação, para que não haja a sensação de que aquilo é diferente do resto da cidade. Falei consigo exatamente sobre a toponímia e isto obriga de facto a um trabalho mais atento. Até porque o que nós verificamos é que as pessoas são muito cuidadosas depois com o espaço público quando nós o tratamos esperamos. Portanto, tem toda a razão. Quanto à questão da habitação: nós temos vindo a trabalhar com o Governo relativamente a um conjunto de medidas, a um conjunto de programas nessa matéria. Eu também lhe digo que, e disse aqui outro dia na Assembleia, o Senhor Deputado não estava, tivemos oportunidade de abordar essa matéria, nós precisamos de uma nova geração de habitação social. Uma coisa é a questão da habitação a preços controlados para a classe média. Sim senhor, aí os Municípios estão a tratar do assunto, nós tratamos e sabem o que é que estamos a fazer. Agora a habitação social pura e dura o Município do Porto neste momento já tem muito mais em termos de percentagem do que a percentagem nacional, que como sabe, que anda nos 2%. Mas precisa de mais. E isso vai ser preciso e inelutavelmente são precisos recursos do Estado Central. É evidente que os Municípios devem contribuir, devem colaborar. Houve tempos no passado em que era *fifty-fifty*, sensivelmente. É evidente que nós, se fosse assim, se tivéssemos uma ajuda de 50% resolvia. Agora não é previsível que os Municípios, não é apenas o do Porto, tenham condições com os recursos que hoje lhes estão alocados ou que são capazes de gerar e se querem manter o seu parque habitacional com a qualidade que o nosso apesar de tudo tem, porque nós temos primeiro que cuidar o que temos e, como sabe, temos muitos bairros com grande vetustez, o investimento que estamos agora a fazer no Cerco. O Cerco precisava absolutamente. Nós não teremos recursos, os



recursos para mantê-los, para fazer estas grandes reabilitações, para construir em quantidade novas habitações, não temos, não temos nós nem tem nenhum Município, sabe bem, nos Municípios presididos pela CDU. Não há construção de habitação social neste momento em Portugal. Não há. Não há uma nova fileira de habitação social, houve há uns anos atrás, no princípio do século ainda houve com a irradiação das barracas, tudo isso foi feito. Foi dado um grande salto civilizacional nessa matéria, agora desde aí não há. E, portanto, a questão é que não é previsível que haja menos procura. Não é. Não é previsível. O ideal seria não ser preciso. Era, de facto. Os recursos que redistribuídos chegarem a população de tal maneira que a população não precisava de habitação social e que a preço controlado da renda iria lá conseguir chegar. Não é previsível. E não é previsível também por causa do envelhecimento da população e esses já não vão ganhar mais. É porque nós podemos achar que a pessoa que tem 20 anos, que a vida lhe vai correr bem, que vai ganhar mais. Quem tem 60 anos ou 65 já não vai ganhar mais. E nós temos de facto um problema, cá estaremos, com certeza. Temos vindo a trabalhar com o Governo, temos vindo a esperar alguns dos instrumentos, não têm surgido grandes instrumentos, nós ainda acreditamos que possa vir, bem sabemos que o país viveu situações de dificuldade, que havia se calhar, outras prioridades, se calhar há 5 anos esta não era a maior das prioridades. Talvez agora comece a ser. Há 6 anos atrás a questão da habitação não passou muito pela discussão que então tivemos para as eleições autárquicas, não era um tema fulcral. E hoje é um tema. Portanto, são coisas que vão mudando. Agora nós não, eu não consigo resolver, não consigo encontrar forma de lhe poder dizer que a Câmara Municipal do Porto vai ter recursos para, mantendo o investimento que tem e mantendo os investimentos que estão previstos e mantendo as necessidades que tem, ser capaz de ter uma política muito ativa em termos da construção de nova habitação social. Não me parece possível. Este assunto é um assunto que todas as Câmaras falam é um assunto genérico a todo o país. Fica ainda a questão do IHRU. Ou seja: a nós continua-nos a preocupar, a existência ou a forma como o IHRU subsiste, nós não sabemos como é que está a habitação do IHRU, nós continuamos a não perceber como é que são atribuídas as casas do IHRU. Alguma coisa, aí se podia fazer alguma poupança, porque não vale a pena haver um Instituto para a



Habitação e Reabilitação se nem constrói habitação nem reabilita e trata mal o seu edificado. Também lhe devo dizer que passarem-nos as casas deles sem o chequezinho, 'muito obrigado que nós não queremos'. Porque as nossas casas, comparativamente, como sabem, estão de muito melhor estado e ainda por cima com rendas mais baixas, portanto, também não nos resolve ficar com aquilo. Agora era preciso perceber e talvez aqui, aliás, o Senhor Vereador Manuel Pizarro outro dia, numa reunião pública, de Câmara, dizia que já não se percebia para que é que existia o IHRU. Talvez seja tempo de se atalhar por aí e perceber se aquele é um instrumento necessário ou se é um instrumento que come os seus próprios recursos”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse: “No que diz respeito ao prolongamento do quebra-mar que hoje aqui foi trazido, gostaria também de dar nota que o PAN, através da Assembleia da República, já endereçou uma série de questões ao Governo precisamente sobre algumas incoerências que aqui foram esplanadas pelo Senhor Presidente da Câmara. E, neste sentido, nós gostaríamos precisamente, de solicitar ao Senhor Presidente que, na Comissão onde representa o Porto, possa garantir que qualquer estudo que seja feito inclua também a questão dos sedimentos que irão ser obviamente levantados e que ali estão armazenados há muitos anos e o impacto que isso terá. E também que os estudos que têm sido apresentados pelas organizações não-governamentais sejam devidamente analisados e tidos em conta porque representam alternativas que nos parecem bastante válidas àquilo que, neste momento está na mesa. Nós, além disso, trazemos aqui uma questão que se relaciona com aquilo que consideramos bem-estar e qualidade de vida no Município e que vamos focar em dois pontos específicos. Prende-se com a existência de sanitários públicos disponíveis e de bebedouros comunitários. Há poucas semanas nós recebemos, por parte de um cidadão sénior, um aviso que nos dizia que o Porto não gostava de velhos e referia-se a ele próprio, naturalmente. Isto porque ele nos queria lembrar que o Porto tem que procurar atender a todas as necessidades dos cidadãos, em especial, às mais básicas, aludindo ele a uma falta de um eficiente sistema de casas de banho públicas e ausência efetiva de uma rede funcional



de bebedouros comunitários. Consideramos que o acesso à água assim como à higiene é, nos nossos, dias um direito humano. Para além disso, a existência de uma efetiva rede de bebedouros públicos pouparia o ambiente e a cidade a largas centenas de milhares de garrafas de plástico que diariamente são depositadas no sistema de lixo municipal, em especial, pelo efeito daqueles que nos visitam. O Porto recebe já largos milhares de turistas resultando daqui que a estadia média é da ordem de uma dezena de milhar de visitantes diários na Invicta e abrigar tal densidade turística, no fundo, traz-nos obrigações acrescidas e acreditamos que é claramente um dos maiores desafios que a Autarquia também tem em mãos. Os portuenses são reconhecidos por serem um povo hospitaleiro e também, obviamente, não devemos esquecer o impacto que tal circunstância causa às pessoas do Porto. Aproveitando: salientar que as casas de banho assim como a distribuição e venda de água, em especial nas zonas turísticas, estão asseguradas por entidades privadas da área da restauração e bebidas e parece-nos que há aqui um conflito com aquele que deveria ser também uma competência pública. Referir ainda que nos horários em que estes estabelecimentos privados não estão a laborar, em especial em períodos noturnos, existem ruas e zonas preferidas, ou seja, locais a céu aberto que são escolhidos para fazer as vezes das inexistentes casas de banho públicas. Lamentavelmente, esses locais nesses horários tornam-se facilmente reconhecidos, por quem lá passa, dadas as condições de insalubridade apresentadas. Ainda relativamente aos equipamentos municipais já existentes, entendemos então e estamos aqui a referir-nos de facto, a estes dois, casas de banho públicas e bebedouros comunitários, entendemos que a Câmara Municipal deveria ter a funcionar de forma eficiente destas duas redes e para isso também identificar com a devida sinalética, com a sinalética mais adequada que entender mais conveniente. E, portanto, a questão que trazemos aqui é se o Executivo Municipal tem perspetivas sobre estas duas matérias e tem algum plano de ação relativo a estes dois temas”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal (Rui Moreira) respondeu: “Sobre bebedouros municipais: nós temos vindo a reforçar a rede de bebedouros



municipais em algumas zonas da cidade, nomeadamente nos parques e também na zona marítima e fluvial. Se verificar, encontra uma nova rede de bebedouros municipais. Também temos bebedouros agora em que temos a parte de baixo disponível para os cães e isso tem sido bem acolhido. O meu cão, por acaso, recusa-se a beber ainda não percebi porquê, mas ainda vou perceber. Mas vejo que aquilo tem sido usado. E, sim, nós precisamos de mais bebedouros municipais, e como digo, têm vindo a aumentar a rede. No passado houve uma rede muito grande que depois por razões que eu não percebo muito bem, alguém que esteja cá há muito tempo há-de explicar porque é que eles desapareceram. Se calhar, deixam de ter uso hoje em dia estamos a recuperá-los, temos um novo modelo inclusivamente, acho que as coisas estão melhores. Quanto às casas de banho nós, comparado com outras cidades, temos bastantes sanitários públicos, alguns deles entregues às Juntas através de contratos interadministrativos e outros que ainda são do Município. Qual é o problema que nós temos? As pessoas não querem pagar. Não querem pagar porque é mais fácil fazerem as suas necessidades contra um muro e à noite não querem mesmo uma coisa ou outra, nem que nós lhes pagássemos eles não iriam aos sanitários públicos. Este é um problema que todas as cidades hoje em dia têm. É um problema tão grande nas cidades que até já descobriram agora uma tinta especial que ao que parece repele e despeja em cima dos pés das pessoas as suas necessidades líquidas, que nós já usamos, mas que não parece tolher... Aí desculpe, é uma questão... isso são hábitos, eu estou convencido que essas coisas se vão resolver. Os mais velhos que aqui estão e os menos novos lembram-se de um tempo em que as pessoas escarravam na cidade por todo o lado. No meio do chão. Escarravam no chão. Hoje em dia isso já praticamente não se vê. Portanto, eu acho que eu acredito aqui que vai haver uma conquista civilizacional e que com a tinta repelente, percebendo agora, ainda por cima, porque agora está na moda as sapatilhas brancas o que induz as pessoas, o que contraria essa prática... eu acho que, apesar de tudo nós vamos conseguir resolver. Mas, acredite numa coisa, eu conheço bem o Porto e conheço bem a noite do Porto: se puser sanitários, mais sanitários, pode por o triplo dos sanitários, vai ver as mesmas pessoas a fazer as mesmas práticas, porque isso



tornou-se uma prática corrente, as pessoas divertem-se a fazer aquilo contra a parede. Não tenho forma de resolver o assunto.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) fez a seguinte intervenção: “Algumas questões também relativamente a este trimestre e a questões que têm estado na ordem do dia. Desde logo, trazer aqui as nossas preocupações com a situação no Aleixo. Partilhamos todos necessariamente, aquilo que está a ser o momento difícil, sensível e em alguns casos dramático das pessoas que estão a sair das suas casas com, enfim, um histórico de vida naquele espaço. Claro que, não deixando de lado aquilo que era a situação em que viviam, como é evidente. Mas, de facto, a situação está complicada e temos tido notícias e alertas de situações dramáticas. Uma das questões que associamos àquilo que está a acontecer com esta saída das pessoas do Bairro do Aleixo e que é algo que, tanto quanto nos é dado a conhecer por algumas entidades na cidade, inclusive, de organizações de terreno, tem a ver com as questões dos consumos e do tráfico... Porque, segundo pudemos perceber, naturalmente, era o que também receávamos que pudesse acontecer, está a haver uma pulverização daquilo que é o fenómeno. Portanto, neste momento, a situação, e julgo que há inclusive alertas da Proteção Civil nesse sentido, na zona da Sé está complicada com aquilo que se via em algumas zonas, enfim, em Lordelo e no Cerco do Porto, de consumos a céu aberto a acontecer, neste momento, em ruas da Sé, enfim. E, portanto, há também o alerta das organizações de terreno no sentido de que, se até aqui tinham um histórico de relação construída, inclusive com traficantes, porque é mesmo assim, o trabalho destas organizações, portanto, é um trabalho de proximidade... que, neste momento, esse trabalho vai ter que começar do zero. E, portanto, é, de facto, uma situação muito complicada, aquela que se adivinha na cidade nos próximos tempos, eventualmente com contornos mais, potencialmente, complexos do que aquilo que se assistiu na altura do São João de Deus, com situações em alguns aspetos idênticas. Finalmente, trazer ainda, relativamente à questão do Aleixo, a questão daquilo que vai ser o cumprimento ou não, e que tudo indica que vai ser um incumprimento, por parte do Fundo com quem foi feito o negócio que está



aqui em causa. A auditoria do relatório de gestão revela que há uma ausência de recursos financeiros para assegurar o número que estava contratualizado de reabilitação, que estava acordado com a Câmara. E, a questão que nós colocamos, isto foi algo que o Bloco sempre alertou, que entendemos que não era este o projeto para aquele espaço, não era este o negócio para a cidade. Só é um negócio para alguém que entende que vistas de rio não são para pobres. Enfim, nada que seja propriamente novo, que esteja a trazer aqui. Mas, perante esta grande probabilidade de incumprimento, a questão ou uma questão, enfim, o Senhor Presidente trará aqui as ideias que lhe parecerem relevantes relativamente a este assunto, é como é que isto não prejudica a cidade e como é que isto não prejudica as pessoas. E para terminar, mesmo relativamente ao Aleixo, as questões ambientais que foram recentemente levantadas relativamente a como é que é o processo de desconstrução daquelas Torres e como é que vai ser acautelada o que acontece com aqueles materiais e as questões ambientais, dizia, associadas. Nova questão, saindo do Aleixo: a questão daquilo que se passou com o Miradouro Ignez, aquele Miradouro que há ali na Rua da Restauração, então aparentemente não estará ao corrente. A questão é essa mesmo, é 'até que ponto é que a Câmara está a acompanhar esta situação'. Sabemos que está a haver uma situação, um processo em curso de despedimento ilegal, houve falta de pagamentos pontuais de salários, de pagamento de feriados, trabalho suplementar, não realização de descontos para a Segurança Social, enfim. Associando-se a uma atuação surpreendente da Polícia, pretensamente em resposta a uma solicitação inusitada da entidade patronal. O SOS Racismo veio fazer alertas neste sentido, enfim. O Bloco reitera que o Porto devia ser uma cidade sem precarização e continuamos, aliás, à luz do que acontece em algumas cidades europeias e a título, de exemplo, enfim, tive conhecimento que Aarhus uma cidade na Dinamarca, que tem este tipo de política. Não faz acordos, não faz negócio, não tem relações contratuais, melhor dizendo, seja com fornecedores, seja neste tipo de concessões com quem não garante a não precarização das pessoas que ali trabalham, com quem não garante direitos de trabalho. Portanto, saber como é que está a ser acompanhada esta situação. Relativamente à questão, mais uma vez, do alojamento local: sempre que trazemos a esta Assembleia as nossas



preocupações com a urgente regulação que, no nosso entender, deve ser feita, vem a questão de que é preciso fazer um estudo. Foi anunciado que estaria pronto no final do mês passado, se não estou em erro, corrijam-me se for o caso. Saber em que ponto é que está o estudo, ainda que nós tenhamos algumas reservas, já o dissemos também. Tendo em conta que o olhar a partir do qual este estudo é feito, poderá ser um olhar mais numa perspetiva daquilo que é uma realidade imobiliária e de potencial a esse nível do que a realidade ao nível do direito de habitação e do direito das pessoas. Relativamente aos apoios do Governo de que nos falava aqui, enfim, em resposta à questão sobre a habitação social do Deputado Rui Sá, não ia trazer a questão, mas então tenho que a trazer que é 'em que ponto está a estratégia local da habitação que é preciso que o Porto faça para que, entretanto nas negociações do Governo possa, eventualmente, assumir uma forma esse apoio'. Na última Assembleia trouxe-nos aquilo que aconteceu em Lisboa, que pelos vistos, a estratégia foi para trás, enfim, mas no Porto, como é que está, em que ponto é que estamos? Relativamente às questões do Porto de Leixões, dizer que o Bloco de Esquerda na Assembleia da República apresentou uma proposta de imediata suspensão, enquanto não for feito, não forem feitos os estudos em causa. Aliás, proposta esta que implica a reabertura do processo de consulta pública, processo esse que deve garantir o envolvimento do poder local, dos Municípios do Porto e de Matosinhos. E, neste sentido, fazendo a ligação ao que disse o Senhor Deputado Rui Sá, naturalmente, se, de facto, é isto entre a proposta que a gente faz na Assembleia da República e a sua concretização vai uma distância, mas, enfim... a ir para a frente necessariamente esta Assembleia Municipal vai ser chamada, se existir esta Assembleia Municipal Extraordinária, enfim, de iniciativa da Assembleia mais pressão poderá ser feita naquilo que é uma questão que nos preocupa a todos e a todas. Finalmente, para terminar, trazia uma preocupação que tem precisamente a ver com aquilo que é, vamos-lhe chamar a separação daquilo que é o órgão Câmara Municipal, do órgão Assembleia Municipal e a relação democrática entre ambos, com uma questão prática muito concreta que tem a ver com os pedidos de informação que vão sendo feitos pelos Deputados desta Assembleia e que, naturalmente, fazem o percurso por via do Senhor Presidente de chegar à Câmara... mas temos tido informação de que tem havido



uma morosidade pouco, enfim, razoável na resposta a uma série de pedidos. Só o Bloco tem já perto de uma dezena de pedidos para os quais não tivemos resposta. A título de exemplo, pedidos sobre a situação de insalubridade das casas do Aleixo, agora está um pouco obsoleta a resposta que poderá vir. Sobre as alterações climáticas e o Pacto dos Autarcas... Enfim, há assim alguns pedidos de informação que não estamos a obter e efetivamente preocupa-nos esta situação. Parece-nos importante, por demais importante que entendamos a Assembleia Municipal como um órgão distinto da Câmara Municipal que não é uma caixa-de-ressonância do Executivo da Câmara Municipal. E, portanto, este tipo de recurso regimental vem ao encontro de uma democracia de qualidade no órgão. Aliás, há Autarquias no país, em que, por iniciativa do Executivo, sem que isso esteja regimentado, esteja feita uma grande proposta, enfim... o Executivo partilha aquilo que são as ordens trabalho das suas reuniões, do Executivo e os documentos dessas reuniões com os Deputados da Assembleia Municipal. Se tivermos uma noção que esta Assembleia é uma coisa distinta do Executivo, não estamos a falar só dos Deputados do Bloco de Esquerda e do PAN, que não estão no Executivo, estamos a falar dos Deputados desta Assembleia que teriam acesso a essa informação fosse essa a iniciativa, fosse esse o espírito que entendemos que está ligado a esta necessidade de responder àquilo que é o papel desta Assembleia, que é a fiscalização da atividade do Executivo".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo antes que:

"Da mesma forma que deve dirigir os pedidos de informação ao Presidente da Assembleia para que o faça chegar a Vossa Excelência; é ao Presidente da Assembleia que deve apresentar as reclamações que ora, publicamente, quis dar nota. Devo dizer que, o Presidente da Assembleia – julgo que a Mesa da Assembleia não tem nenhuma reclamação da Senhora Deputada Susana Constante Pereira. Uma ou outra, às vezes, há pedidos que se atrasam. Agradeço que os sinalize formalmente e que este não é o fórum adequado para o fazer".



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu:

“Senhora Deputada, sobre este último caso, só lhe digo assim: tenho consciência que são feitos pedidos através da Mesa da Assembleia aos serviços, que alguns são respondidos mais rapidamente e outros mais lentamente. Porque é mais fácil fazer um pedido de informação do que responder à informação muitas vezes. Há uma coisa que eu lhe digo, na relação entre o Executivo Municipal e Assembleia Municipal, não sei se haverá muitos Presidentes de Câmara que venham a todas as Assembleias Municipais responder a tudo aquilo que as Senhoras e os Senhores Deputados perguntam. E acho que essa é a forma mais elevada de fazer a relação entre o Executivo e a Assembleia Municipal. Eu não responderei a tudo porque às vezes é quase impossível, mas tento responder a todas as questões que são colocadas. E essa parece-me a forma mais democrática de um Presidente da Câmara prestar contas junto da sua Assembleia Municipal que, naturalmente, não é nenhuma caixa-de-ressonância, era o que mais faltava, se fosse caixa-de-ressonância o Bloco de Esquerda não estava aqui, portanto, porque não está representado no Executivo Municipal, só nesse sentido. Não se sinta insultada, estou mesmo a dizer isto assim mesmo, não é verdade... E portanto, a verdade é que, eu tenho cá estado sempre, só falei a uma e foi por causa da Cimeira de Sintra, em 6 anos, e dou sempre as explicações que me pedem democraticamente. Portanto, quanto à democraticidade acho que estamos conversados. Sobre o Aleixo: boas notícias. As pessoas já saíram todas e todas assinaram acordos, todas as pessoas. Nós neste momento não temos ninguém no Aleixo. Outra coisa: nós não tomamos esta medida de tirar as pessoas do Aleixo, por razões do consumo ou do tráfico, não foi por isso. E quando diz que a relação com os traficantes de algumas instituições que até com os traficantes tinham que trabalhar e que agora não há trabalho de proximidade... eu peço desculpa, olhe azar, peço desculpa, olhe a mim se eu estraguei o negócio a alguém não me preocupa nada. Nem me parece que o trabalho das Instituições de Solidariedade Social deva ser com traficantes. Olhe, a da Câmara não é. Se eu souber que alguém trafica vou à Polícia e apresento denúncia. E, portanto, eu não tenho relação, essa coisa não me pode preocupar. A ideia de que os traficantes nos podem ajudar no trabalho de inserção, eu não acredito, não acredito, pronto. Acho que ajudam os negócios dos automóveis e



dos stands e muitas coisas, a nós, peço desculpa, não me preocupa. É evidente que nós sabemos que há toda uma comunidade de toxicodependentes, de pessoas que dependem desse tráfego que, naturalmente, encontravam ali um mercado que agora vão deixar de encontrar. É natural que essas pessoas migrem na cidade em função das suas necessidades. Mas olhe na Sé já estavam. No Pinheiro Torres já estavam. Na Pasteleira Nova já estavam. Alguns deixarão de vir ao Porto fazer compras, porque diziam que lá a droga era muito boa, olhe vai deixar de ser. Mas esse é um problema que infelizmente a Câmara não pode resolver, não podemos, portanto, eu relativamente a isso não me preocupa, preocupa-me sim que as pessoas não podiam continuar a viver nas Torres do Aleixo como estavam a viver. E agora não estão. Quanto ao Fundo, não se preocupem, que o Fundo está a construir, neste momento, as casas necessárias para cumprir escrupulosamente com a Câmara aquilo que se comprometeu e, até prova em contrário, irá cumprir. Se não cumprir nós temos os terrenos. Portanto, também aqui não me preocupa muito. Gostava muito mais que já tivessem construído as casas. Não estava, pronto. Mas acho que, apesar de tudo, esta decisão é uma decisão imune do Fundo. Não acho que nos devamos preocupar. Quanto à implosão, não vai haver implosão. Nós já anunciamos que a nossa escolha foi no sentido de desmontar as construções existentes. Fazemo-lo por duas ordens de razão. Fazemos, em primeiro lugar, por razões ambiente, aliás, por três ordens de razão. Por razões ambientais. Em segundo lugar, por razão do custo. Porque, de facto, é mais barato do que implodir. Por razões de segurança, porque a Torre 1 seria perigosa de implodir. Em quarto lugar, porque eu não quero aquele espetáculo. E acho que aqui é uma opção minha política. Foi uma opção minha, não quero. E espero que a Senhora Deputada me acompanhe nessa preocupação, tenho a certeza que o faz. E portanto vamos desmontar, vai demorar mais algum tempo. Não há problema, vai-se fazer um estaleiro, vai-se cortar aquela rua, de tal maneira que possam ter um estaleiro único, que era conveniente para que aquilo possa ser desmontado em condições. E, portanto, algum daqueles materiais vão ser aproveitados e vão ser retirados. Quanto ao Miradouro Ignez, naturalmente, acompanhei pela comunicação social que haveria um problema de um despedimento ilegal, alegadamente ilegal, que o SOS Racismo teria tido uma



intervenção, que eu não sei qual é, mas que, naturalmente, é respeitável. Na relação que a Câmara Municipal do Porto tem com entidades privadas, nós temos que cumprir aquilo que é a Lei. E a Lei é a contratação pública. Se relativamente a haver precariedade, se houver alteração na contratação pública, nós cumprimos. Nós temos de cumprir a contratação pública. Não podemos andar a escolher na contratação pública 'olhe este trata bem os trabalhadores, aquele trata mal'. Não podemos. Nós ainda hoje tivemos acerca de outro tema a uma reunião com o Sindicato da Construção Civil que assinalam que os grandes operadores na cidade funcionam bem, tomam cuidado com as medidas segurança e tudo o mais. Mas que depois há pequenas empresas, normalmente são as empresas de vão de escada, que não cuidam dos seus trabalhadores, trabalhadores ilegais, trabalhadores imigrantes e tudo mais. Infelizmente, isso tem que haver fiscalização por parte da ACT e tem que haver uma forma de os Municípios não serem obrigados a atribuir muitas vezes essas obras ou valor mais baixo que, às vezes, beneficia empresas que não têm o melhor dos comportamentos. Portanto, tudo aquilo que poderemos fazer, por nós, tudo bem. Quanto à outra questão, a questão da estratégia local: sim, nós estamos a trabalhar na questão da estratégia local de habitação. Mais um mês, um mês sensivelmente, nós traremos... aquilo é muito complexo e muito mais complexo do que pode parecer. Eu quando disse que Lisboa apresentou e voltou para trás, não foi a criticar o Município de Lisboa, como compreende. Aquilo é de tal maneira complicado, de facto, ou aquilo bate tudo certo ou não encaixa. Nós temos apoiado e eu tenho elogiado muitas vezes a Senhora Secretária de Estado da Habitação. Eu sei que aquilo são elementos, é muito complicado... mas julgo que algumas das medidas e algumas destas estratégias são, eu não sei como é que as Câmaras mais pequenas vão fazer, digo-lhe já, não sei. Porque são muito morosas, são coisas muito complicadas tecnicamente e ainda há muitas coisas que não estão devidamente legisladas e que falta legislar. Também é verdade, repito, é a mesma desculpa que nós temos, há uns anos este assunto, se calhar, não era problema, só se falava apenas da habitação social e a política de habitação esgotava-se por aí. E ela, ainda que seja cara, exige investimento, não era morosa em termos daquilo que é o estabelecimento dos critérios e da armação jurídica necessária. Portanto, aqui também queria reconhecer que não



é fácil para o Governo fazer a coisa mais depressa. Com outro IHRU, se calhar, outro galo cantaria, como apoio... como instrumento de apoio a uma política de habitação, que eu não encontro no IHRU... aliás, já não encontrava há anos atrás quando presidia à SRU e não encontro no IHRU essa capacidade técnica também para ajudar a resolver estes assuntos mais depressa. O Senhor Deputado Rui Sá colocou uma pergunta que eu não respondi: a questão das ETARs. Aquilo que acontece, como sabem, é que o serviço das ETARs foi há uns anos atrás concessionado. Sucede que, por mau desempenho por parte dos concessionários das ETARs, entenderam as Águas do Porto retirar, caçar a concessão e internalizar o serviço. Inclusivamente, para isso, já tem pessoal disponível as Águas. E, portanto, eu achei muito bem. Ou seja se eles não estão a prestar bem o serviço... Isto vai ter várias consequências, como sabe, conhece esta área melhor do que eu. Se o serviço não for bem prestado, se não for bem tratado aquilo, causa um envelhecimento precoce das ETARs e problemas a jusante. E, portanto, foi decidido bem, a meu ver, por parte do Conselho de Administração dizer assim, não estão a cumprir nós vamos cessar o contrato e vamos exercer as garantias. O que acontece é que eles colocaram uma providência cautelar e, portanto, como tantas outras coisas na nossa história está nas providências cautelares. Mas depois se quiser mais detalhe eu peço a... providência cautelar com efeitos suspensivos. Portanto, nós vamos ter que manter as empresas lá, para já, não temos que manter? A providência cautelar foi concedida... Mas nós, neste momento já temos, se virem os números, e vamos fornecer números, já temos mais trabalhadores na empresa de Águas do que tínhamos, exatamente porque reinternalizamos os serviços no sentido de ter um justo desempenho. Se me perguntar se é capaz de ficar mais barato ou mais caro... se calhar, no imediato, é capaz de ficar mais caro, porque tem investimento. A longo prazo, eu acho que vai ficar mais barato. Porquê? Porque vai permitir cuidar melhor dos equipamentos, que são nossos. Nós podemos depois dar esses elementos e pedirei se calhar ao Senhor Presidente das Águas para dar uma informação sobre isto”.



O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) disse: “Voltando aqui um pouco atrás na discussão sobre as questões do Paredão e do alargamento do Paredão no Porto de Leixões e sobre esta matéria, o Partido Socialista não quer ter um silêncio que poderia ser cúmplice ou pouco esclarecedor sobre a matéria. Dizer, desde logo, que, até porque agora estou a olhar para o Senhor Deputado Rui Sá, nos associamos, naturalmente, à marcação de uma Assembleia Municipal especial com o âmbito que o Senhor Deputado aqui referiu, para que possamos discutir mais aprofundadamente as questões. Em todo o caso, é entendimento do Partido Socialista que nós estamos ainda numa situação ou numa circunstância de discussão de matérias que têm uma preponderância técnica muito elevada. E que, enfim, o Senhor Presidente da Câmara será um experto na matéria, mas, eu pelo menos não sou certamente e, provavelmente muitas das Senhoras e dos Senhores Deputados aqui presentes também não terão capacidade para fazer uma discussão técnica e para perceber, aliás, as consequências e os impactos de muitas das decisões que poderão aí ser referidas. E, portanto, a discussão que aqui nós queremos fazer e que achamos que é mais útil para os nossos concidadãos é uma discussão política. E sobre a discussão política dizer que, evidentemente, nada temos contra os movimentos cívicos que se têm associado aqui à questão, movimento cívico que, no caso concreto e mais visível já tomou uma decisão, que é de ser de oposição à construção do Paredão. E terão as suas razões também elas certamente legítimas. E que, para nós Partido Socialista, é absolutamente essencial garantir não só a sustentabilidade ecológica como, naquilo que não seja possível fazer, adotar todas as medidas de mitigação ou de mitigação máxima possível, por assim dizer. É também e isto faz parte da discussão política, para nós, um ponto fundamental que é a garantia do investimento estratégico no Porto de Leixões. Muitas vezes aqui nesta Assembleia Municipal nós discutimos o que é uma falta de equidade naquilo que é a decisão sobre investimentos estratégicos no país. Muitas vezes aqui vimos reclamar, com toda a legitimidade, maior investimento na cidade do Porto ou na região Norte. E, daquilo que eu pude, no fundo, perceber de alguma publicação de notícias na área, desde o alargamento do canal do Panamá que há um conjunto de navios que circula hoje em todas as águas e que ficam excluídos da possibilidade de poder aportar no Porto de



Leixões. E isto para a região do país que mais exporta é absolutamente dramático. E, parece-nos também que ou temos uma seriedade muito grande na discussão desta matéria e sobretudo uma grande tranquilidade ou podemos correr o risco de ver um investimento que ronda mais ou menos os 220 milhões de euros a migrar para outras latitudes, a migrar para um novo porto em Lisboa, para o Barreiro, para Sines ou pura e simplesmente não haver sequer esse tipo de investimento no território nacional. E, portanto, sim, claro que sim. As questões que o Senhor Deputado no início da sua intervenção aqui levantou, reconheço a todas elas legitimidade para serem levantadas. Eu, de facto, não tenho capacidade para as discutir. Acho que a discussão deve ser uma discussão política, feito o trabalho de base técnico que possa sustentar essa mesma discussão política. E sobre ainda essa sustentação do trabalho técnico e sobre a participação dos diferentes poderes, quer nacionais, quer locais aqui em confluência, dizer também que, a tutela fez um esforço que, aliás, foi reconhecido aqui pelo Senhor Presidente da Câmara de criar um grupo de trabalho, no qual estamos, segundo percebi pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara representados pelo Senhor Vice-Presidente e que certamente irá poder celebrar da forma mais célere e mais competente possível o trabalho de avaliação de todos os impactos. E, portanto, finda esse essa mesma avaliação, consideramos que sim, com o Senhor Deputado Rui Sá, que é de facto uma iniciativa de podermos aqui discutir politicamente o investimento do Porto de Leixões”.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao desafio do Senhor Deputado Rui Sá da CDU relativamente à execução de uma reunião para discutir o problema do Paredão de Matosinhos, eu devo referir que, tenho uma opinião, de facto, uma opinião pessoal sobre esse tema e creio que estamos todos de acordo que será relevante fazer essa reunião. E acompanho-o absolutamente na sua sugestão. E também o Senhor Deputado referiu a complexidade técnica que, de facto, será relevante que esse debate nesta fase será indiscutivelmente um debate político. Mas relativamente à apreciação da atividade do Município e da sua atividade e do reporte financeiro.



Eu assim só em breves minutos, eu recordei-me que a atividade deste Município faz com que nós possamos olhar um bocadinho mais para este e ver uma aspiração de décadas desta cidade da recuperação do Mercado do Bolhão que está neste momento a ser executada assim como também toda a sua envolvente. Posso recordar também o investimento que está a ser feito, que foi feito, em desporto, com a recuperação de alguns dos campos da cidade do Porto, desde zona oeste da cidade, da zona ocidental para a zona oriental. E não só esse investimento como inclusivamente a sua manutenção. Se nós atualmente chegámos ao Campo do Inatel nos podemos ver o Campo do Inatel mantém-se perfeitamente utilizável e bem tratado. Posso recordar os investimentos previstos ainda não executados por problemas procedimentais, em Campanhã, com o Matadouro, com o Terminal Intermodal, todos eles em atividade, todos eles alvo de atenção política e alvo de pressão política, inclusivamente, por parte deste Executivo para que sejam executados. Posso-me recordar do exercício do direito de preferência que ainda hoje foi discutido esse direito de preferência, com um caso paradigmático, em que se exerce o direito de preferência para poder assegurar a continuidade de uma atividade cultural dentro de um edifício que, de outra forma, poderia ser qualquer outro tipo de edifício. Posso-me recordar dos investimentos nos bairros sociais que mantêm padrões muito acima dos bairros sociais do IHRU e com as preocupações, não apenas com o edifício, mas também com a sua envolvente e com a atenção acima de tudo às pessoas que lá vivem. E poderíamos dizer que todos estes investimentos, toda esta atividade, poderemos pensar 'bom mas isto então desfez as contas públicas'. A realidade não é essa. A realidade é que mantemos prazos de pagamento a fornecedores historicamente baixos, reduzimos dívida, reduzimos dívida bancária e, relativamente ao investimento, eu recordo-me, em novembro, termos tido aqui uma reunião em que me recordo de ouvir, eu creio que por parte do PS, que nos dizia que: 'isto a ser executado, deve ser executado abaixo dos 50%', 'não acreditamos que isto venha abaixo, muito mais acima dos 50%'; estamos acima dos 80%. Acima dos 80%. E a realidade é que... e sendo que isto com regras, com regras que são regras que dificultam que se atinjam patamares elevados. Por exemplo, Lisboa tem também patamares de execução entre os 60, 70% e, provavelmente, não faz melhor,



porque tem dificuldades, tem dificuldade, na parte procedimental. Portanto, isto para quem pertence a um Movimento que há 6 anos atrás se apresentou à cidade com um lema com foco na cultura, com o foco no cuidar das pessoas, no cuidar dos portuenses e acima de tudo com, as contas à moda do Porto, apenas me posso orgulhar das atividade financeira, da atividade do Município e acima de tudo dizer que este Executivo cumpre. Cumpre. Cumpre bem e cumpre com cuidado nas contas públicas e isso acho que deve orgulhar todos os portuenses”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse: “A noite vai adiantada o tempo é curto e ainda temos outra Assembleia a seguir. Nós poderíamos certamente tratar aqui de muitos assuntos que embora tenhamos perceção de que estão a ocorrer, uns melhor outros pior, estou-me a lembrar do projeto do Matadouro, do Terminal Intermodal, do Rosa Mota, do Monte Pedral, aqui do quarteirão dito D. João I - Casa Forte, alojamento local, já aqui foi referido, as Construções da Arrábida... há muitos assuntos que, de facto, estas sessões são um momento privilegiado para que o Senhor Presidente da Câmara nos possa, não apenas através daquilo que vamos conhecendo na comunicação social, mas aqui possamos ter informação em primeira mão atualizada sobre estas matérias. Mas eu hoje queria apenas focar breve e rapidamente a questão da mobilidade na cidade do Porto. Às vezes apetece-me dizer, não a questão da mobilidade mas a questão da imobilidade na cidade do Porto. Eu sei que é um problema que nos preocupa a todos. Julgo que especialmente ao Senhor Presidente da Câmara. Sabemos todos que não é um problema de solução fácil mas os custos da dificuldade da fluidez do tráfego são enormes. Desde horas de trabalho perdidas, desgastes dos veículos, combustível, stress, qualidade ambiental. Tudo isso são custos enormes e nós precisamos de tentar atalhar no que for possível. E se é uma coisa que é seguramente possível é que a Câmara atue no plano de sinalização. O Senhor Deputado Rui Sá já aqui trouxe um ou dois exemplos a propósito das obras, mas há vários exemplos na cidade em que a sinalização não é compreensível, não é racional, não induz ao respeito pelo seu cumprimento. Às vezes parece que é uma questão de falta de zelo ou de esmero, não sei bem, mas, de facto, são coisas simples que não se percebe. É um pouco como nos sítios onde toda a gente deita beatas para o chão, toda a gente se sente autorizada para deitar beatas para o chão. Quando a sinalização não é



correta e anacrónica é absurda, é uma espécie de convite ao desrespeito, à infração e acho que aí é possível fazer sem custos, ou praticamente sem custos, é possível fazer muitas pequenas coisas. Por exemplo, há uma espiral em frente ao Museu Soares dos Reis que está esmagada para aí há um ano. O exemplo que dá, ainda por cima em frente a um Museu, não se percebe porque é que não é substituída, continua lá. Às vezes surpreendem obras nos passeios, ainda há 3 ou 4 dias na Rua Santos Pousada ou Rua da Alegria, numa delas, um passeio em obra vedado aos peões e os peões a circularem pela rua. Não custava nada fazer uma pequena proteção aos peões. Na Mártires da Liberdade, que é impossível de circular, embora seja proibido parar... mas a meio da rua estão lá dois pinos no chão espetados que parecem para proteger uma viatura que está lá sistematicamente parada. A que título? A que propósito? Porque é que aquilo existe ali? Não se percebe muito bem. Já tive ocasião de chamar a atenção para outras pequenas coisas. Há sítios onde estão definidas duas faixas de rodagem proibindo estacionar à esquerda, na faixa da esquerda está lá o sinal, porventura redundante, proibido parar sequer. Pois a faixa da esquerda tem implantado pela Câmara dois contentores com uma estrutura de fixação ao solo, numa faixa de rodagem à esquerda. Não é a faixa da direita sequer é a faixa da esquerda, a faixa de rodagem que tem dois contentores fixados ao solo. Há outros sítios onde a mesma placa de paragem proibida, à placa se seguem ecopontos, contentores, baías de cargas e descargas, mas ao início de uma placa de paragem proibida. Quer dizer: não se percebe; a paragem proibida deixa de fazer sentido. Há uma rua onde há duas faixas de rodagem uma para cada lado, numa delas tem um sinal de parquímetro. Numa faixa de rodagem única. Há dias passei lá estavam lá dois agentes da polícia, chamei-lhes a atenção e onde um deles disse-me: 'olhe nunca tinha reparado'. Realmente isto é um absurdo, mas, de facto, existem e, portanto, eu sei que isto são pequenas coisas. Eu sei que, porventura, há mais de 12 mil sinais de trânsito na cidade do Porto, mas corrigir estes pequenos nada ajuda-nos a nós, que temos a tentação de pôr 4 piscas e parar em todo o lado, a ter mais respeito pela sinalização e porventura ajudar, por pouco que seja, para que no Porto se circule mais e melhor".



O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) interveio dizendo: “Senhor Deputado, recordando aquando da aprovação do Orçamento o Executivo Municipal fez constar do orçamento uma despesa de investimento de 82 milhões de euros. Aquando da revisão orçamental o Executivo Municipal fez constar dessa revisão para essa mesma rubrica 17 milhões de euros, ou seja, isto soma 99 milhões de euros. O Executivo levou a cabo investimentos que somaram 59 milhões de euros. 59 sobre 99 dá 60. Não dá outra coisa. E a intervenção que o Senhor Deputado se refere, na altura – poderá ver isso nas gravações das Assembleias, se entender que isso vale a pena – o que foi dito por mim, pelo Partido Socialista é que tendo em conta a execução orçamental, se a memória não me falha, de setembro, que, o que se antecipava, se chegasse ao final do ano com uma execução orçamental, em termos de investimento, repito, em termos de investimento, na casa dos 50% ou ligeiramente acima. Ficou nos 60. Não fiquei assim tão longe. Mais longe ficaram os Senhores dos 100%. De qualquer modo, deixe-me dizer o seguinte: mesmo para a execução orçamental que em sede do Relatório e Contas os Senhores colocaram como 174%, fizeram-no com base numa engenharia de explicação muito simples. A Câmara Municipal, provavelmente, antecipou que, a manter-se o encaixe da receita que se vinha conseguindo que ou aplicava o excesso de tesouraria, ou corria o risco de chegar ao final do ano com mais de 100 milhões de euros em caixa. Para evitar esses 100 milhões de euros em caixa decidiram antecipar a amortização de financiamento bancário em cerca de 20 milhões. É que os portugueses compreendem que o saldo de tesouraria apresente montantes razoáveis. Mas anos sucessivos de reforço de tesouraria com tanta obra por fazer, começa a partir de determinada altura a ser mal entendido. Eu tenho a perceção de que o Executivo Municipal percebeu também isso e, portanto, em vez de chegar ao final do ano com 100 milhões em caixa resolveu antecipar a amortização do financiamento bancário, acabando praticamente com a dívida. Se a memória não me falha no final do ano a Câmara Municipal tinha uma dívida na casa dos 12 milhões de euros que eu acho absolutamente ridículo porque se o endividamento em excesso, é negativo, também quando há muita obra para fazer, pura e simplesmente reduzir o endividamento, também pode ser negativo. Portanto não há nada como o equilíbrio nestas coisas. E, perante isso, a Câmara tinha que



resolver o problema, que era tinha que fazer dotações orçamentais, que fez sob a forma não tanto de revisões que não foram dadas a conhecer, nem tinham que ser dadas a conhecer em sede de Assembleia, porque isso é uma competência, creio eu, do Executivo, e alterou a verba que estava destinado a investimentos. Portanto, os tais 99 milhões de euros que era a verba que era do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais e que era a verba que tinha sido publicitada, quer em sede do orçamento, quer em sede da respetiva revisão, passou-se para 80, portanto, diminui-se. É evidente que, o Senhor Deputado sabe, um cociente, tem um numerador, tem um denominador, se reduzir ao denominador o valor aumenta. Portanto, a Câmara Municipal conseguiu mercê da redução do montante de investimento em sede de alterações que ficaram apenas do conhecimento do Executivo, e não da Assembleia nem do público, a discussão pública são, o orçamento e a revisão orçamental, conseguiu chegar a fração de 74% quando, na realidade, face aos 2 documentos que são públicos e que foram aprovados nesta Assembleia, assim não foi. E, portanto, quando eu digo que a execução orçamental do investimento foi 60% é que foi de facto de 60% e não foi outra”.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PSD) referiu: “Eu peço desculpa, o PSD não é culpado por esta delonga porque só temos doze minutos. Também já não falava aqui algum tempo quase comparável com o silêncio do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa. Mas eu gostava de deixar aqui três notas rápidas. Eu acho que estes momentos de informação do Senhor Presidente da Câmara são momentos também para deixar perguntas, e eu deixava uma saudação e duas perguntas. Uma saudação porque concretiza-se no seu mandato o final do projeto do Bairro do Aleixo. Eu tive oportunidade de me candidatar em 2005 e ter escrito em panfleto eleitoral, qual era a minha intenção para o mandato seguinte, no sentido de promover encontrarmos uma solução junto da Câmara Municipal do Porto para não permitir que o Bairro continuasse naquela circunstância. Não queria detalhar muito o assunto até porque uma das vezes detalhei de mais e valeu-me 3 dias de escolta policial. Mas é evidente que não tem a ver com o tráfico de droga, mas tem a ver com um Bairro para o qual a Câmara era incapaz de ter uma sustentação económico-financeira que fosse



razoável até em comparação com os outros. E, portanto, isso está documentado, faz parte de tudo o que é contabilidade, nomeadamente das empresas municipais e do esforço que tinham de fazer para manter aquele Bairro com o mínimo de dignidade. Hoje duas questões têm a ver com temas que, ao longo do mandato, julgo que devem ser temas de resolução, enfim, não são totalmente estratégias, mas têm muito impacto na qualidade de vida dos cidadãos. Um deles é, já foi aqui trazido ao de leve, que é o tema do trânsito. E especificamente na questão do trânsito, queria saber se, porque nunca mais ouvimos falar ou então foi distração minha, da ponte à cota baixa. Enfim, do lado nascente da cidade. Eu sempre fui um defensor, apesar de não ter nenhum estudo específico. Esta Ponte também julgo que não, mas é por pura intuição sem formação para tal. Mas não tendo nenhum estudo específico, sempre fui defensor de uma ponte à cota baixa mais na zona da Ponte da Arrábida e, portanto, julgo que não tendo sido ainda, ou não foram apresentados ainda estudos ou eu os desconheço, gostaria de saber se se mantem a intenção de construir essa Ponte e se há a intenção... eu não julgo que qualquer investimento desta área seja por excesso e, portanto, duas ou três Pontes julgo que são investimento, desde que, evidentemente, os estudo justifiquem. Eu digo isto num dia especialmente caótico na cidade, eu sei que a culpa não é da Câmara e o que acontece na VCI não é de culpa da Câmara, mas o esforço e não apenas estarmos à espera de resolução do problema da CREP, se é que alguma vez vai acontecer. Mas o esforço deve ser da Câmara de procurar encontrar soluções mais micro e estas duas soluções, tendo em conta os *superavits* anuais gerados, já são micro do ponto de vista do investimento necessário para as fazer, uma solução de uma Ponte à cota baixa, nomeadamente. O terceiro assunto, é o assunto das gaivotas que também aqui já trouxe, que parece um assunto menor, mas, eu também enfim, visualmente, não tenho informação suficiente. Sei que há uma zona muito específica da cidade que foi inaugurado como um Observatório de Aves na Foz da Ribeira da Granja e que, neste momento, se formos há uns anos atrás podia ser observadas 20, 30, 40 aves. Neste momento, observar 500 não é difícil, eu acho é que já não há outras espécies ou se há é encontrá-las a não ser as gaivotas. E, portanto, isto tem um impacto devastador numa série zonas da cidade, na zona onde vivo e aqui é uma declaração interesseira, tem um impacto



muito grande. E, portanto, gostava de saber também, aproveitando este tempo que tinha disponível, se está a ser feito algo mais adicionalmente para resolver esta matéria.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu: “Na medida em que já não vamos entrar na segunda Assembleia, permitir-me-ão dar uma explicação um pouco mais alongada sobre as questões de trânsito que o Senhor Deputado bem abordou. Porque algumas coisas têm que ser ditas. De facto, a cidade do Porto tem, sempre teve e hoje em dia tem acrescidamente um problema de trânsito. E aqui vão as más notícias, nos próximos anos, antes de melhorar vão piorar. E vou explicar isto. A construção da nova linha de Metro, uma parte da qual será na base *cut and cover*, não é uma solução exclusivamente mineira. Mesmo que seja atenuado com a construção que nós defendemos certamente junto da Metro do Porto de pontões, aqueles pontões metálicos, acarretarão um aumento exponencial dos problemas de trânsito numa zona da cidade particularmente sensível. Portanto, tenhamos a consciência que sempre que se fazem investimentos desta natureza, durante o tempo em que medeiam as obras há problemas. Nós, neste momento, estamos a fazer, como sabe, um investimento na Fernão de Magalhães, grande que acreditamos que vai ajudar a resolver o trânsito. Mas enquanto ele não estiver feito, nós vamos ter um problema. Da mesma maneira que quando lançámos o projeto Rua Direita que resolve um problema de muitas ruas pequenas do Porto, sabemos que ela tem problemas. Sabemos que a construção do Mercado do Bolhão e do túnel de acesso ao Mercado do Bolhão implica trânsito. Nós temos perfeitamente a consciência disso. Quanto a medidas de mitigação, algumas até foram propostas pelo PSD no anterior Executivo e nós seguimos essas recomendações. Aquilo que fizemos na Mouzinho da Silveira, por exemplo, surgiu de uma recomendação do PSD. Estamos a pô-la em prática. Nós acreditamos que, de alguma forma melhorou, principalmente a entrada, mas a saída, a partir das 4, 5 da tarde por baixo é complicada. É evidente que nós durante algum tempo percebemos quando tivemos a Gustavo Eiffel em obra, curiosamente, aquilo que aconteceu foi que o trânsito do centro histórico estava muito melhor. Porquê? Porque os carros de saída que vão para Gondomar saíam pela VCI. Ao mesmo tempo isso



aumentava significativamente o trânsito na VCI. E, portanto, temos aqui que balançar um pouco estas coisas. A Ponte Luís I vai entrar em obras finalmente. Vai obrigar a cortar o trânsito na Ponte Luís I. Curiosamente, do lado do Porto, isto vai melhorar o trânsito ali, porquê? Porque a confluência da Ponte Luís I causa um problema e, portanto, naturalmente, vai haver menos pessoas a pretender fazer aquele atravessamento, vão por outro lado e nesse lado vão. Andamos necessariamente um pouco a jogar ao gato e ao rato. Isto não há como dizer isto de outra maneira. Conseguimos resolver o problema do Campo Alegre no sentido de proporcionar a descida aos autocarros. Tomamos um conjunto de medidas relativamente aos transportes turísticos que têm sido um sucesso. Aliás, Lisboa seguiu o mesmo modelo, acho que isso correu bem. Conseguimos controlar a questão dos tuk-tuk e acho que o conseguimos fazer bem. Os transportes turísticos ocasionais nós estamos a conseguir isolá-los em determinada área da cidade. Mas a verdade é que as pessoas continuam a recorrer preferencialmente ao transporte individual. Umas delas, nas curtas distâncias dentro da cidade, outras delas na chegada e na saída da cidade. Isto só se resolve, naturalmente, através de alteração dos meios de transporte, alteração através do transporte público. Eu acredito que o passe metropolitano possa ter ou vá ajudar a reduzir esta pressão... ou pelo menos retira desculpa a algumas pessoas que diziam que vinham para a cidade porque os autocarros ou os passes eram caros. Mas a verdade é que nós aquilo que vemos é que a situação não tem tendencialmente vindo a melhorar e temos um aumento do trânsito enorme. Para terem uma ideia apenas, quando nós defendemos que relativamente à CREP se deveria retirar as portagens, no sentido de encaminhar pela CREP o trânsito que atravessa o Porto e que não pretende vir para o Porto nem sair do Porto, o anterior Senhor Ministro das Infraestruturas, anunciou que um estudo feito pela IP dizia que isso não resolvia nada, porque em 3 anos o aumento de tráfego na VCI iria comer qualquer folga que fosse criada através da CREP. E, portanto, calcularão, se isto é verdade, eu não tenho razão para duvidar dos estudos da IP, nós temos, de facto, um grande problema. E eu não vejo como é que o problema tão cedo se vá solucionar. Este é um problema que todas as cidades têm. Nós temos tentado várias soluções, mas, nós precisamos de uma nova rede de transportes públicos, precisamos de aumentar a



capacidade do transporte público e o transporte público na sua capilaridade e queria dizer as Senhoras e os Senhores Deputados que eu já dei nota ao Governo da vontade do Município do Porto de ficar a ser acionista dos Transportes Coletivos do Porto, coisa que ainda não somos. Como sabe, nós apenas temos um acordo relativamente à compensação do défice na rede madrugada, tendo para isso suscitado também o envolvimento dos outros Municípios que participam na STCP, que são, como sabe, a partir do norte Maia, Matosinhos, Valongo, Gondomar e Gaia. Estamos à espera que esses Municípios manifestem a sua vontade. O Município da Maia já disse que, claramente, quer participar no capital da STCP connosco. Isso irá permitir responder a uma outra questão, que compreendem, é que, no Porto, para o bem e para o mal, a STCP tem o monopólio e bem que tem e nós defendemos que deve continuar a ter. É o único operador. É o operador eterno na cidade do Porto. E nós aqui não podemos, portanto, aumentar a capacidade sem ser através da STCP, ou através de contratação da STCP. E isso vai exigir um grande esforço da cidade. Nós precisamos de aumentar a capilaridade, aliás, próximo daquilo que o próprio PSD também defendeu durante a campanha eleitoral, em trajetos mais curtos. Precisamos de assegurar mais conforto. Nós, neste momento, aquilo que estamos a fazer é tentar fazer com que cresça a procura, com as medidas do Passe Metropolitano, mas a resolução do problema da procura, implica também investimentos na oferta. Nós não podemos reduzir a utilização do transporte individual se não tivermos uma rede de transportes públicos mais eficiente. Até lá o trânsito vai continuar. Vai continuar a aumentar, as pessoas vão andar de carro e eu não vejo que haja por aí uma grande solução a prazo. É através da alteração do comportamento. As cidades mais desenvolvidas começam a ter medidas de mitigação. Nós temos também vindo a ensaiar pedonalização de algumas ruas. As pessoas primeiro estranham e depois aquilo entranha-se... as pessoas vão gostando. Mas sabemos que não há uma solução muito evidente, principalmente numa cidade como a nossa em que, para os meios alternativos de mobilidade, como a bicicleta e tudo, as coisas não são fáceis, não é uma cidade fácil. Mas nós não gostamos de uma cidade fácil, nós gostamos da cidade como ela é. E, portanto, temos que ir habituando as pessoas. Temos problemas também com a logística. Eu não sei se já



perceberam o seguinte. As compras através dos meios digitais, através da Internet, seja às redes de supermercados, seja às plataformas internacionais, às Amazon e essas coisas todas, estão a colocar nas cidades uma nova pressão. Porquê? Porque aquilo que a pessoa ia naturalmente buscar e trazia para sua casa e conseguia descarregar, dentro daquilo que era o seu percurso, hoje em dia está à espera que lhe chegue a casa e nós começamos a ter esses veículos logísticos a condicionar muito a cidade. E eles condicionam-nos de uma forma através de um estacionamento um pouco caótico, ainda que seja durante alguns minutos, nós temos verificado que isso provoca imensos constrangimentos. Há cidades que estão a limitar isso. Por exemplo, na Dinamarca estão a exigir que as pessoas vão buscar essas coisas fora da cidade, a determinados centros logísticos. Estão a usar antigos parque de estacionamento para essas entregas em casa. Parece-me muito simpático, nós fazemos as compras de supermercado pela Internet. Mas se repararem em vez de transportarmos as nossas coisas num carro, elas vão chegar numa carrinha que vai parar não sei em quantas casas. E, portanto, todos esses hábitos novos da cidade implicam medidas que não são medidas muito simpáticas, mas também não vale a pena pensarmos que há milagres. Sobre a questão das gaivotas: a Área Metropolitana está a tratar dum estudo e todos os Municípios de orla costeira da Área Metropolitana concordaram em participar nesse estudo. Aquilo que nós sabemos é que, hoje as gaivotas que vivem na alimentam-se muito na periferia das cidades. Alimentam-se em várias zonas da cidade. E, portanto, isto só com uma visão Metropolitana. Devo dizer que a mim me preocupa muitas as gaivotas enquanto espécie, ainda por cima é uma espécie protegida. Porque aquilo que está a acontecer e verifica-se é que temos vários problemas. Em primeiro lugar, temos os planos de água, que são claramente afetados pelas gaivotas, estamos a falar nos lagos que há na cidade. Em segundo lugar, estamos a falar em casos reconhecidos de, começam a atacar pessoas, casos reconhecidos e indiscutíveis, incontestados. Em terceiro lugar, como diz e bem, estamos a ter um problema com a diversidade ambiental, diversidade das espécies que não sabemos ao certo se é devida as gaivotas, mas uma parte pelo menos é... basta verificar, cada um de nós verificará isso: hoje em dia, por exemplo, a cidade não tem pardais, não tem. Em minha casa há seis anos atrás, havia pardais neste



momento há gaivotas. E, portanto, nós temos um problema. Algumas cidades têm resolvido isto de uma forma extrema. Eu acho que nós não precisamos de resolver de uma forma extrema, porque, para todos os efeitos, a gaivota tem um comportamento muito como um rato voador. E não vale a pena. Se quisermos só ter gaivotas é fácil, se não fizermos nada só vamos ter gaivotas. Eu não consigo perceber como é que a gaivota de cidade é um animal protegido. Não consigo perceber. Não tenho a possibilidade de compreender. Acho que eram precisas medidas muito fortes. Além disso, começamos a notar situações que assustam qualquer pessoa. Basta ver aqui atrás. Se virem há aqui um lago, aqui atrás, em que tem todos os dias, se repararem à porta da Trindade, entre o meu Gabinete e a porta de entrada, está lá uma gaivota em cima. A gaivota espera pacientemente que venham alimentar as pombas e todos os dias vêm umas Senhoras alimentar as pombas, não adianta por a Polícia a dizer-lhes nada. Com certeza, a Polícia não vai multar uma Senhora que está a alimentar as pombas, apesar de ser proibido. As gaivotas esperam calmamente que as pombas comecem a comer e depois a gaivota come uma pomba. Eu não sei que tipo de cidade nós queremos. Devo dizer que me preocupa imenso, preocupa-me imenso no Parque da Cidade porque a diversidade no Parque da Cidade está claramente posta em causa pelas gaivotas. É óbvio. Eu tive no outro dia um casal de gansos do Egito que foi fazer nidificação para minha casa e, quando eu perguntei porquê, perguntei a um especialista, porquê? Ele diz, 'porque querem fugir do Parque da Cidade' exatamente porque o Parque da Cidade tem dois inimigos, tem os gatos, as colónias de gatos errantes e tem as gaivotas. E portanto, alguma coisa temos que fazer. Mas isto, nós não conseguimos fazer sozinhos e não há grandes soluções a não ser soluções radicais que há quem não goste. Eu para mim, acho que as ratazanas, eu sei como é que se trata as ratazanas. Nós em princípio sabemos. Também são animais, também têm direito, mas acho que alguma coisa tem que ser feito. Julgo que lhe respondi Senhor Deputado".

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) disse: "Apenas para responder ao Senhor Deputado que confesso que não me recordo exatamente os números que referiu na altura em novembro. Mas recordo-me da Senhora Vereadora



Odete Patrício ter referido e está em ata que pelas contas do PS, falando em nome do PS, a execução orçamental ficaria abaixo dos 50%. Em todo o caso, o facto é que reconhece que pelas suas contas ficariam acima dos 50%. Já ficaram acima dos 50%. Pelas contas do Município e quando falamos do Município, não é deste Executivo, não são minhas, pelas contas dos serviços do Município, o Município tem uma taxa de execução de 84% e algumas Empresas Municipais, como por exemplo a Domus Social tem 93%. Portanto, eu acho que em qualquer uma das circunstâncias e acho que podemos concluir que o PS também pode estar a associar-se à circunstância de termos boas contas e de termos contas melhores do que o previsto do que inclusivamente das previsões mais otimistas por parte do PS. Portanto, creio que podemos assegurar-nos que, em termos financeiros e em termos de atividade do Município, esta execução do primeiro trimestre foi absolutamente excelente”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio dizendo:

“Relativamente à questão que há pouco trouxe no que diz respeito aos sanitários públicos, a nossa maior preocupação referia-se às pessoas de idade mais avançada que têm cada vez mais necessidade de usar sanitários públicos e também mesmo aos próprios turistas que nos visitam. O Senhor Presidente da Câmara acabou por só se referir ao problema que elenquei da insalubridade urbana. Vim aqui também agora responder obviamente a esta questão trazida pelo Senhor Deputado Alberto Lima. Cabe-me, essencialmente, apelar a que o Município do Porto, encontre e aqui tendo em conta o estudo referido que está a ser feito pela Área Metropolitana do Porto, encontre e procure implementar aquilo que são soluções éticas. Todos conhecemos que o efeito de vácuo existe, exterminar uma espécie não resolve o problema. Recordemos aquilo que foi feito nas Ilhas Berlengas e que efetivamente o extermínio não resolveu. Resolveu em maior escala aquilo que foi a inviabilização dos ovos. Se calhar aqui o problema das gaivotas, elas são uma espécie muito parecida connosco, que ocupam espaço, impõe-se e nós temos que pensar e aí concordo com o Senhor Presidente da Câmara, temos que ser radicais porque radicais é ir à raiz do problema e percebê-lo. E perceber, efetivamente, porque é que elas se sentem atraídas pelos centros urbanos, o que é que há nos centros urbanos que as faz



movimentarem-se para cá. E, claramente, temos a questão dos resíduos urbanos que está a ser resolvida, mas que tem que ser continuamente resolvida para que isto também não seja um foco de atração destes mesmos animais, assim como concordamos que a alimentação, neste caso das gaivotas, não deve acontecer. O nosso apelo que trazemos aqui é, no fundo, lançar o repto a todos os Autarcas que aqui estão presentes que sociedade é que nós queremos construir e se queremos uma sociedade ética ou não e nesse sentido isso ser refletido naquilo que são as políticas municipais também em relação a uma espécie que, obviamente, se relaciona connosco de forma impositiva, de forma oportunista, mas reiterar aqui que ser radical é ir à raiz do problema e resolver os problemas compreendendo-os da forma mais ética possível”.

Foram distribuídos os seguintes documentos para apreciação na Sessão:

- Síntese financeira março de 2019;
- Relatório de Atividades do Batalhão de Sapadores Bombeiros;
- Relatório de Atividades da Divisão Municipal de Apoio à Assembleia Municipal;
- Relatório de Atividades da Divisão Municipal de Apoio à Câmara Municipal;
- Relatório de Atividades da Divisão Municipal de Auditoria Interna;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Cultura;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Comunicação e Promoção;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Coesão Social;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Educação;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Fiscalização;
- Relatório de Atividades da Divisão Municipal InvestPorto;
- Relatório de Atividades da Divisão Municipal de Juventude;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Proteção Civil;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal De Proteção De Dados;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Recursos Humanos;



- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Relações Internacionais e de Protocolo;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Sistemas de Informação;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Serviços Jurídicos;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal de Serviços ao Município;
- Relatório de Atividades do Departamento Municipal de Turismo e Comércio;
- Relatório de Atividades da Direção Municipal do Urbanismo;
- Relatório de Atividades da Polícia Municipal;
- Relatório e Contas da GO Porto, EM;
- Relatório e Contas da Domus Social, EM;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que, pelo adiantado da hora, a Sessão Extraordinária convocada para o dia 6 de maio de 2019, às 23h00, iria realizar-se no dia 13 de maio de 2019, submeteu à votação a Minuta da Ata que foi **aprovada, por unanimidade**, e encerrou os trabalhos da continuação da Sessão Ordinária às 00h10.

O Presidente da Assembleia Municipal,



Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária,



Paula Ribeiro de Faria



Anexo I

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária absteve-se na votação do ponto 4 – Deliberação sobre a Abertura de procedimento de hasta pública para alienação do prédio urbano sito na Rua de Sá da Bandeira, 94-A a 108 porque, independentemente da sua posição sobre a possibilidade e o interesse desse equipamento cultural poder constituir um instrumento de intervenção cultural municipal na cidade, considerar que não fica inequivocamente salvaguardada a imposição de o futuro comprador do edifício manter o Teatro Sá da Bandeira como equipamento dedicado à promoção e acolhimento de espetáculos de Teatro, Música, Cinema, Circo, Dança e outras formas de expressão cultural.

Porto, 7 de maio de 2019

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária